



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Pró-reitoria de Ensino de Graduação
Campus V – Ministro Alcides Carneiro
Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
Curso de Bacharelado em Arquivologia

THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS

**INFORMAÇÃO E ETNIA: Difusão Cultural e Ações
Educativas sobre a cultura africana no Arquivo
Histórico da Paraíba**

**João Pessoa – PB,
2010**

THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS

**INFORMAÇÃO E ETNIA: Difusão Cultural e Ações
Educativas sobre a cultura africana no Arquivo
Histórico da Paraíba**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Arquivologia da UEPB – Campus V, como exigência institucional para a conclusão do curso e obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

Orientador: Profº Dr. José Washington de Moraes Medeiros

**João Pessoa – PB,
2010**

S237i

Santos, Thais Helen do Nascimento.

Informação e etnia: difusão cultural e ações educativas sobre a cultura africana no Arquivo Histórico da Paraíba / Thais Helen do Nascimento Santos. – 2010.

110f. : il. color.

Digitado.

Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2010.

“Orientação: Prof. Dr. José Washington de Moraes Medeiros”.

1. Arquivo Permanente. 2. Difusão Cultural - Arquivo.
3. Ações Educativas – Arquivo. I. Título.

21. ed. CDD 025.171 4

THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS

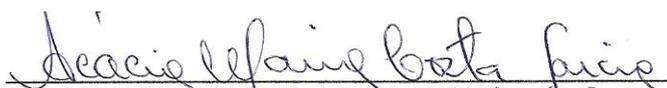
**INFORMAÇÃO E ETNIA: Difusão Cultural e Ações
Educativas sobre a cultura africana no Arquivo
Histórico da Paraíba**

Aprovada em: 14 / 12 / 2010

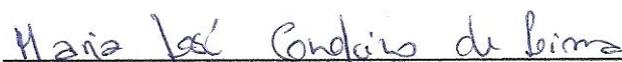
Banca Examinadora



Prof^o Dr. José Washington de Moraes Medeiros
Orientador - UEPB



Prof^a. Dr^a. Acácia Maria da Costa Garcia
Membro Interno - UEPB



Prof^a. Ms. Maria José Cordeiro de Lima
Membro Interno - UEPB

A alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido. Não na vitória propriamente dita.

(Mahatma Gandhi)

**À Deus pelas bênçãos diárias;
À minha família, em especial a minha mãe que sempre
esteve ao meu lado na concretização desse momento
tão sonhado, e ao meu tio Evandro por toda a
motivação para que eu pudesse ter chegado onde me
encontro hoje...**

DEDICO!

Agradecimentos

Primeiramente à Deus, por ter me dado sabedoria, por ter me guiado aos caminhos da vida para que eu pudesse está onde me encontro hoje; e por sempre sentir a sua presença em todos os momentos da minha vida.

À minha família que é a minha fonte de energia diária; em especial a minha querida e amada mãe *Ednalva Maria*, que sempre batalhou e pelo o que batalha diariamente por mim, ensinando-me valores e princípios que até hoje regem minha vida. Obrigada pelo amor, paciência, compreensão e auxílio; sem suas sábias palavras e conselhos, indubitavelmente, eu não estaria aqui. E ao meu tio *Evandro Nascimento*, pelo apoio constante para o meu processo de educação, pelo exemplo de vida, por ser a minha inspiração.

Ao orientador deste trabalho, *Professor Dr. José Washington de Moraes Medeiros*, pela transmissão e compartilhamento de seus conhecimentos, por me inspirar para a escolha do tema, pela paciência, amizade, compreensão e tempo destinado à realização deste.

Ao *Geaas* e à *Professora Dr^a Francinete Fernandes de Sousa*, por ter me introduzido no ambiente de pesquisas, pelo fomento ao meu crescimento acadêmico. Aproveito também para agradecer a todos os colegas do grupo que caminharam comigo nesse período pelas contribuições de cada um, direta ou indiretamente, para a concretização desse objetivo.

À *banca examinadora* do meu trabalho de monografia, pela atenção destinada à correção e análise deste e, as contribuições que certamente vieram enriquecer a discussão.

Aos demais professores que também acreditaram no meu potencial e me ajudaram a subir degraus da minha vida acadêmica: ao *Professor Ms. José Tavares*

dos Santos, à Professora Gabriela Garcia, à Professora Ms. Irma Gracielle Carvalho.

Ao corpo docente e funcionários do curso de Arquivologia que contribuíram para o meu aperfeiçoamento como discente e futura profissional arquivista. Obrigada pelos ensinamentos e oportunidades.

À Escola Estadual de Ensino Fundamental José Vieira e todos os seus funcionários que foram muito prestativos para que eu pudesse desenvolver o trabalho experimental que se propõe esta pesquisa, em especial a diretora da escola Sr^a Maria Carmelita Santana da Costa Severo e a Professora da turma do 5^o (quinto) ano Rosemary Ana Ferreira de Sá que além de pôr em disposição a escola e os alunos ainda auxiliaram para que tudo ocorresse conforme planejamento. Também não poderia deixar de agradecer a todos os alunos da turma de 5^o ano que me receberam de braços abertos, como também colaboraram para que tudo saísse bem. Espero com este trabalho ter plantado uma semente em cada um para que possam crescer com a visibilidade do arquivo como sendo também um espaço de cultura e construção do saber.

Aos funcionários do Arquivo Histórico da Paraíba, em especial a pessoa do Sr. Pedro, que sensibilizado com a idéia do trabalho ajudou em tudo o que lhe foi possível para que o que foi planejado fosse executado com sucesso. Obrigada pela paciência, pelo espaço que me ofereceu (saindo até mesmo das atividades regulares do arquivo), pela confiança, por ter me ajudado nesse momento ímpar.

Aos meus amigos e colegas de curso pelos laços de amizade que fizemos ao longo dessa jornada acadêmica, pela troca constante de conhecimento, pelas alegrias, por tudo. Vocês certamente ficarão no arquivo permanente da minha memória. E as demais amizades que construí nesse período dentro da universidade, que certamente também contribuíram direta e indiretamente para esse momento.

Aos meus amigos (fora do ambiente acadêmico) que cotidianamente me davam palavras de força, incentivos para poder realizar essa caminhada de 4

(quatro) anos, que não foi fácil; em especial a minha grande amiga de muitas primaveras *Maria Macedo Dantas*.

À todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta etapa final para o começo de uma nova fase em minha vida, esse é o meu sincero agradecimento. Muito obrigada!

Resumo

O arquivo permanente é uma unidade de informação dotado de fontes primárias (conteúdos informacionais) capazes de (re)construir a verdade a partir do patrimônio (acervo) histórico-cultural custodiado. No entanto, o arquivo permanente parece subexistir à sua própria condição, uma vez que, diferentemente da biblioteca e do museu, por exemplo, praticamente ainda não conseguiu conquistar a visibilidade social que lhe é devida. À sombra do desfavorecimento e à mercê de pré-conceitos que o representam como algo “morto”, o arquivo permanente é um lócus pedagógico em potencial, já que mantém a perspectiva do uso informação para a construção do conhecimento. Com base nisso, esta pesquisa objetiva caracterizar o processo de Difusão Cultural (DF) e Ações Educativas (AC) de documentação sobre afrodescendentes no Arquivo Histórico da Paraíba, partindo da hipótese de que os serviços de DF e AC sobre tal documentação maximizam o ensino-aprendizagem da história local e social. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa experimental, de abordagem qualitativa e tipologia descritivo-exploratória. Para o experimento, inserimo-nos nas aulas de história em uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual de João Pessoa. Executamos a DF através de um produto comunicacional (folder) e a AC a partir de uma visita ao arquivo explorando a documentação sobre escravos na Paraíba. Após a visita, os alunos fizeram um texto, sendo escolhido e premiado o melhor. A pesquisa mostrou que a relação arquivo-escola e arquivista-professor é essencial para a construção do conhecimento, desvelando o arquivo como fonte de informação e aquisição do saber. Portanto, a DF e AC amplia o processo de ensino-aprendizagem sobre a história social dos africanos na Paraíba, validando assim, a hipótese de pesquisa.

Palavras-chave: Difusão Cultural. Ações Educativas. Arquivo Permanente. Ensino de História.

Abstract

The file is permanently endowed with a unit of information from primary sources (information contents) that are capable of (re) construct the truth from the property (collection) historical-cultural custody. However, the permanent file seems subexistir to their own condition, since, unlike the library and museum, for example, have scarcely been able to conquer the social visibility due to him. In the shadow of disadvantage and vulnerable to the pre-concepts that represent something like "dead", the file is a permanent locus pedagogical potential, since it holds the prospect of using information for knowledge construction. Based on this, this study sought to characterize the process of Cultural Diffusion (FD) and Educational Activities (CA) documentation of African descent in the Historical Archives of Paraíba, assuming that the services of DF and AC on such documentation maximize the teaching- learning local history and society. In methodological terms, this is an experimental research, qualitative study and exploratory-descriptive typology. For the experiment, fit into her history lessons in a class of 5th year of elementary school to a state school of Joao Pessoa. DF performed through a communication product (folder) and AC from a visit to file documentation on exploiting slaves in Paraíba. After the visit, the students made a text, chosen and awarded the best. The research showed that the relationship file-school-teacher and archivist is essential for the construction of knowledge, revealing the file as a source of information and knowledge acquisition. Therefore, the DF and AC extends the process of teaching and learning about the social history of Africans in Paraíba, thus validating the research hypothesis.

Keywords: Cultural Diffusion. Educational Activities. Permanent Archive. Teaching History.

Lista de figuras

Figura 1: Ciclo da Informação.....	31
Figura 2: Didática do ensino das áreas de domínio da perspectiva do PCNs.....	69

Lista de fotos

Foto 1:	Atenção dos alunos com o que estava sendo exposto na Difusão Cultural.....	89
Foto 2:	Entrega e leitura do folder das atividades de Difusão Cultural.....	90
Foto 3:	Participação dos alunos com comentários e opiniões.....	91
Foto 4:	Trajetos ao Arquivo Histórico da Paraíba.....	92
Foto 5:	Exposição das informações gerais sobre o Arquivo Histórico pelo funcionário.....	93
Foto 6:	Mesa de exposição dos documentos.....	94
Foto 7:	Premiação dos alunos que produziram os melhores textos.....	95

Lista de quadros

Quadro 1: Comparativo das instituições de custódia e disseminação da informação.....	40
---------------------------------------------------------------------------------------------	----

Lista de siglas e abreviaturas

AE: Ações Educativas

AMA: Associação Americana de Marketing

BPA: Biblioteca Popular de Afogados

CDU: Código Decimal Universal

DC: Difusão Cultural

FUNESC: Fundação do Espaço Cultural da Paraíba

IBRAM: Instituto Brasileiro de Museus

MEC: Ministério da Educação e Cultura

PCNs: Parâmetros Curriculares Nacionais

PE: Pernambuco

SP: São Paulo

TIC: Tecnologias da Informação e Comunicação

UEPB: Universidade Estadual da Paraíba

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	22
2.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	24
2.3 OBJETIVOS.....	26
2.3.1 Objetivo geral	26
2.3.2 Objetivos específicos	26
2.4 UNIVERSO E AMOSTRAGEM.....	26
2.5 CAMPO EMPÍRICO.....	27
2.6 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	28
3 ENTRE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: ARTICULAÇÕES ENTRE ARQUIVO E SOCIEDADE	29
3.1 DIMENSÕES DO CONCEITO DE INFORMAÇÃO: MÚLTIPLAS FACES DE UMA MESMA MOEDA	29
3.2 O CENÁRIO DA INTELIGÊNCIA COLETIVA E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO BEM SIMBÓLICO E CULTURAL DAS SOCIEDADES MODERNAS	36
3.2.1 Unidades de informação como centro de cultura: uma contribuição à inteligência coletiva	38
3.3 O ARQUIVO PERMANENTE COMO LÓCUS DE UMA PEDAGOGIA PARTICIPATIVA: DA SOCIEDADE INFORMACIONAL À SOCIEDADE DO CONHECIMENTO	41
3.3.1 O século XXI no contexto da Sociedade Informacional e da Sociedade do Conhecimento	42
3.3.2 O arquivo no contexto da pedagogia participativa	45
4 A DIFUSÃO CULTURAL COMO RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA	48
4.1 ASPECTOS GERAIS DO FENÔMENO COMUNICACIONAL	48

4.1.1 Os meios de comunicação: canais para a difusão da informação	52
4.2 PUBLICIDADE: A COMUNICAÇÃO PERSUASIVA	53
4.3 AS ESTRATÉGIAS DO MARKETING PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS	56
4.4 DIVULGAÇÃO E ACESSO AOS BENS CULTURAIS DO ARQUIVO: AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL	58

5 AÇÕES EDUCATIVAS EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: O CARÁTER PEDAGÓGICO DO ARQUIVO

63

5.1 OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO DO FUTURO	64
5.1.1 A educação escolar	66
5.2 OS DESAFIOS DO ENSINO DA HISTÓRIA: ASPECTOS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS SOBRE A CULTURA AFRICANA	67
5.2.1 A educação fundamental e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)	68
5.2.2 Vertentes didáticas do ensino da cultura africana no Brasil: interlocução entre a escola e o arquivo	70
5.3 AÇÕES EDUCATIVAS EM MUSEUS E BIBLIOTECAS: ONDE ESTÁ O ARQUIVO?	72
5.3.1 O papel pedagógico do arquivo: as Ações Educativas	73
5.3.2 Experiências bem sucedidas em bibliotecas e museus de Ações Educativas voltadas a cultura africana e a escassez no âmbito dos arquivos	78

6 INFORMAÇÃO E ETNIA: A EXPERIÊNCIA DA DIFUSÃO CULTURAL E DAS AÇÕES EDUCATIVAS NO ARQUIVO HISTÓRICO DA PARAÍBA.....

81

6.1 DIFUSÃO CULTURAL SOBRE DOCUMENTAÇÃO DE AFRODESCENDENTES	81
6.2 EXERCENDO O PAPEL SOCIAL-PEDAGÓGICO: SOCIALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE ESCRAVIZADOS E SOBRE A CULTURA AFRICANA	85

6.3 PROMOVENDO AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS NO ARQUIVO HISTÓRICO DA PARAÍBA 88

7 CONSIDERAÇÕES GERAIS 97

REFERÊNCIAS 100

APÊNDICES

ANEXOS

1 INTRODUÇÃO

No contexto de um novo tempo para povos, culturas e nações, não é difícil perceber que, conforme Lopes (2010), a essência do Século XX é a informação processada e transformada em conhecimento. Em outros termos, estamos deixando de ser a sociedade da informação para ser a sociedade do conhecimento, “na qual o homem trata de ir mais além da informação, adentrando-a mais, em todos os sentidos, para alcançar realmente o conhecimento” (BELOTTO, 2002. p. 02). Nessa sociedade, o arquivo, como detentor, gestor e disseminador de informação/conhecimento, passa a ter um olhar diferenciado.

O arquivo permanente - aquele em que os documentos já cumpriram a sua função administrativa (valor primário) e, agora, têm função de prova e testemunho (valor secundário) - é o que concatena a informação histórica de uma instituição ou local. Em termos gerais, se a instituição é de interesse e de direito público para a sociedade, constitui-se um patrimônio cultural.

Assim, “os bens culturais são o conjunto de processos criadores e dos produtos criados que evidenciam as características distintas de pertencerem a tal sociedade e permitir que esta seja conhecida e reconhecida através dele” (BELSUNCE, 1982 *apud* BELOTTO, 2002, p. 11-2).

Assim sendo, o arquivo de cunho histórico possibilita informações para a sociedade, através de uma determinada instituição ou lugar, e sua responsabilidade social é visível. Partindo desse entendimento, às funções básicas de um arquivo devem ser agregadas as suas funções complementares, que compreendem as atividades de Difusão Cultural e Ações Educativas, que divulgam o arquivo e apresentam a possibilidade de disponibilização da informação face à sociedade do conhecimento.

Nesse sentido, tendo como lócus o Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, esta pesquisa se propõe a conhecer o processo de Difusão Cultural e Ações Educativas voltadas aos registros dos escravizados, partindo da hipótese de que os serviços sobre tal documentação maximizam o ensino-aprendizagem da história local e social.

A seleção do tema se justifica pela responsabilidade social do arquivo, tendo em vista a importância de tais atividades, já que este é propulsor de informações e devem ser apresentados à sociedade sua relevância e conteúdo, em especial, no

Brasil, onde pouco se percebem as contribuições de um arquivo para a construção da identidade cultural. Outro ponto de motivação se dá pelo conhecimento da fundamental discussão sobre essa temática, no processo de formação de um profissional arquivista, que não é contemplada no currículo acadêmico do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), deixando uma lacuna no que concerne às atividades de disseminação da informação que devem ser realizadas pelo gestor do arquivo.

Assim, com esta pesquisa, aspiramos motivar gestores de arquivos para a necessidade de se implementarem atividades que atraiam a população para conhecer o arquivo: o trabalho desenvolvido dentro dele, o seu conteúdo documental. Assim, buscamos “conscientizar” o cidadão de que tal espaço é seu de direito e pode contribuir para sua “alfabetização cultural”, ou seja, conhecer onde está inserido para entender seu passado, compreender o mundo em que está e se preparar para o futuro. Em se tratando de sua contribuição para a Arquivologia, pretendemos desenvolver um tema pouco estudado na área e elucidar a sua importância, já que a Difusão Cultural e as Ações Educativas se inserem nas atividades que fazem parte do cumprimento da finalidade do arquivo, que é a de disseminar a informação.

Nessa perspectiva, é necessário o entrelaçamento com teorias educacionais voltadas ao patrimônio cultural. Para tanto, foram realizadas leituras voltadas para a literatura arquivística, educacional, histórica e sociológica.

Pretendemos desenvolver a divulgação do arquivo em uma escola de João Pessoa (do Ensino Fundamental) e proporcionar atividades de ações educativas em conjunto com o professor de História e o próprio arquivo. O intuito é apresentar ao alunado como funciona o arquivo, aliar o conteúdo que está sendo ministrado em sala de aula aos documentos sobre o assunto e, em especial, explanar sobre a função social do arquivo e o quanto esse espaço é importante para a formação cidadã. Em acompanhamento do plano de aula do professor, pretendem-se desenvolver tais atividades no momento de explanação sobre a cultura afrodescendente/escrava. A ideia da pesquisa parte de um trabalho anterior de iniciação científica, desenvolvido durante a graduação, no Arquivo Histórico da Paraíba, onde foi detectada uma rica massa documental sobre esse tema, e o quanto é relevante para que os alunos possam conhecer como aconteceu a realidade escravocrata na Paraíba.

Para o desenvolvimento dessas atividades, selecionamos uma sala de alunos do 5º ano (antiga, 4ª série) de uma escola pública estadual, onde realizamos a etapa de difusão no período de um dia, e duas semanas para todas as atividades que envolvem as ações educativas.

No primeiro capítulo da pesquisa, trazemos uma discussão acerca das múltiplas faces do conceito de informação, assim como seus paradigmas e teorias que desenvolveram a Ciência da Informação e suas ramificações, como a Arquivologia. Assim, pautamo-nos na informação como o insumo para a construção do saber, em especial, o saber coletivo para a edificação social. Para isso, trazemos as unidades de informação como fontes de custódia e de disseminação, que desempenham um papel importante no cenário da sociedade do Século XXI. Com base nisso, discutimos sobre o arquivo, em especial, o permanente, como espaço de construção do conhecimento da inteligência coletiva, trazendo a importância dos serviços que divulgam e socializam a informação, no caso, Difusão Cultural e Ações Educativas.

No segundo capítulo, para especificar tais serviços, procedemos à análise da Difusão Cultural. Para isso, fazemos considerações sobre a Teoria da Comunicação (em torno do processo de comunicação, seus elementos, funções e linguagem) e os meios de transmissão da informação, a Publicidade (como comunicação persuasiva, que pretende convencer alguém a comprar/usar algo) e o Marketing (atividades de permuta com objetivos específicos, seja o lucro - em suas várias vertentes - ou não). Tais teorias, amalgamadas, bem planejadas e executadas, possibilitam que os objetivos da Difusão Cultural de um arquivo sejam alcançados: persuadir os usuários em seu direito de acesso e uso da informação e que devem buscá-la para as suas diferentes necessidades (tomadas de decisão, construção do conhecimento, entre outras).

Já no que se refere às Ações Educativas, remetemo-nos aos quatro pilares da educação do futuro, propostos por Delors (2003), que fundamentam a educação escolar para o pleno desenvolvimento do educando. Trazemos também para discussão os desafios do ensino de História, especificamente da cultura africana, com base na Lei nº 10.639/03 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Chegamos, assim, às Ações Educativas em arquivos permanentes, como uma forma de aprimorar o saber que está sendo construído na escola, através dos registros históricos (documentos, fotografias e outros) que ele detém. Ainda colocamos a

escassez dessas atividades no espaço do arquivo em relação às demais unidades de informação, como as bibliotecas e os museus do país.

Finalizamos o trabalho com a coleta dos dados referentes à execução dos serviços de Difusão Cultural e Ações Educativas no Arquivo Histórico da Paraíba. Esses pontos, que devem ser aprimorados, deram ascendência ao planejamento das atividades para a execução experimental à qual nos propusemos e, posteriormente, a descrição, a análise e as contribuições do experimento para a construção do conhecimento acerca da cultura africana para os educandos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para caracterizar uma pesquisa, é necessário refletir sobre sua classificação, sua abordagem e sua tipologia.

Iniciando a conversa, podemos afirmar que uma pesquisa pode ter três formas de classificação: teórica, empírica e experimental. A pesquisa teórica é voltada para a construção ou reconstrução de teorias, conceitos, ideias ou argumentos sobre algo, em uma determinada área do saber. Já a pesquisa empírica busca coletar e analisar dados de uma realidade face à teoria que está sendo trabalhada/pesquisada (BAFFI, 2002). A pesquisa classificada como experimental, via de regra, é caracterizada pela manipulação de variáveis relacionadas com o objeto de estudo, testando em um contexto dado e possibilitando a análise de causa e efeito. “Através da criação de situações de controle, procura-se evitar a interferência de variáveis intervenientes. Interfere-se diretamente na realidade, manipulando-se a variável independente, a fim de observar o que acontece com a dependente” (CERVO, BERVIAN, 2004 *apud* CORRÊA, WALKER, 2010, p.11).

Com base nisso, as abordagens da pesquisa podem ser: quantitativa, qualitativa ou quanti-qualitativa (de triangulação). A pesquisa quantitativa é uma abordagem que faz uso predominante de dados estatísticos. Rodrigues (2007, p. 34) afirma que “referidos dados devem pertencer ao universo da estatística inferencial”.

Referindo-se à pesquisa qualitativa, concordamos com Corrêa e Walker (2010, p. 10), que asseveram:

[...] a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e objeto de estudo em questão necessitando um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que eles se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades.

Com base nas duas definições, podemos entender que a abordagem quanti-qualitativa é a que faz uso de ambos os métodos, ou seja, coaduna a análise estatística de variáveis com a análise entre as categorias.

Voltando ao tipo de pesquisa, no campo da metodologia, são vários os autores que trazem tipologias variadas. Entre eles, destacam-se: Corrêa e Walker (2010), Rodrigues (2007), Gil (2006), Richardson (1999), entre outros. Para esta explanação, tomamos como base os pressupostos teóricos de Togatlian (2010), que coloca como tipos de pesquisa:

- **Pesquisa bibliográfica:** é a que tenta explicar um fato/problema a partir de um referencial teórico, que pode composto por livros, artigos científicos e outras fontes. É válido ressaltar que os demais tipos de pesquisa também fazem uso da pesquisa bibliográfica;
- **Pesquisa descritiva:** é a que observa e analisa fatos/objetos de forma minuciosa sem manipulá-los. Esse tipo de pesquisa pode assumir diversas formas, como: estudos descritivos, pesquisa de opinião, pesquisa de motivação, estudo de caso e levantamento;
- **Pesquisa exploratória:** “A pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma” (TOGATLIAN, 2010, p. 04).

Tomando por base os conceitos expostos, podemos caracterizar esta pesquisa: a) quanto à sua classificação, como experimental, pois pretende proporcionar atividades de Difusão Cultural e Ações Educativas estabelecidas pela teoria arquivística, em um arquivo que desenvolve tais serviços, ainda que de maneira incipiente; b) quanto à sua abordagem, podemos afirmar que é qualitativa,

sendo necessário o contato do pesquisador com o fenômeno em estudo, em seu lócus, buscando refletir sobre a dinâmica da experiência.

Pela dificuldade de uma padronização na tipologia da pesquisa por parte da literatura metodológica, concordamos com as colocações de Togatlian (2010), no sentido de delinear como tipo dessa pesquisa os modelos descritivo e exploratório, já que, após o experimento, utilizaremos tais métodos para a organização e a interpretação dos resultados.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO

O ensino de História nos possibilita compreender fatos passados, para que possamos entender o presente e planejar o futuro. Por esses e por outros motivos, o ensino da disciplina História é necessário na educação básica (infantil, fundamental e média).

O ensino de História assim como as demais disciplinas, conforme a LDB, deve ter como objetivo maior articular conhecimento, competências e valores com a finalidade de capacitar os alunos a serem transformados em cidadãos críticos, autônomos e participativos, transformando assim a sociedade (MARIA, 2010, p.01).

Conforme percebemos, a autora acima coloca elementos importantes para enfatizar que a História (integrada aos demais conteúdos do currículo escolar) contribui para a formação cidadã e para a transformação da sociedade. Todavia, para que o cidadão possa ter tal consciência, é preciso que o estudo da história seja politicamente “vivo”, ou seja, propicie aos educandos as descobertas sobre o processo de formação cultural, podendo reescrever a história oficial do “ontem” e a história potencial do “amanhã”.

Para a compreensão do processo de formação étnica e social do nosso país, partimos, *a priori*, do pressuposto de que não podemos afirmar que existe um grupo social no Brasil que tenha a sua raça totalmente pura, já que passamos por um longo processo de miscigenação, com a participação ativa do português (o branco europeu), do índio e do africano (afrodescendente), o que caracteriza, de forma significativa, a participação das três raças na evolução do povo brasileiro.

Partindo dessa assertiva, faz-se necessário o estudo da história da formação cultural local para se entender a sociedade brasileira e, assim, desenvolver as transformações esperadas para a melhoria da vida coletiva. Portanto, com base nesse entendimento, voltaremos o nosso olhar para a importância do estudo da cultura africana no Brasil. Consideramos que, até hoje, o afrodescendente ainda é, diante da preponderância, inferiorizado da cultura “colonizante”, praticamente relegado a segundo plano nos registros oficiais sobre a evolução do Brasil e do povo brasileiro. É indubitável que ele trouxe grandes contribuições para a sociedade brasileira. Como exemplos mais perceptíveis, podemos citar as religiões de origem afro, os festejos, os gêneros musicais e, até, o modo de falar, andar, entre outros aspectos. Freyre (2006, p. 382) afirma que “[...] a formação brasileira foi beneficiada pelo melhor da cultura negra da África, absorvendo elementos, por assim dizer, de elite que faltaram na mesma proporção ao sul dos Estados Unidos”.

Aparentemente, os livros de História utilizados para o ensino público da educação básica não trazem, de forma suficiente, a realidade da contribuição africana/escrava para o nosso povo, deixando então a desejar para a formação do cidadão diante da sua cultura, da sua sociedade. Nesse sentido entendemos que um dos meios para suprir essa deficiência dos livros ou da história oficial seria o acesso às fontes primárias de informação, ou seja, documentos de arquivos. Em relação à situação do afrodescendente no Brasil, eles relatam a introdução africana no país e podem ser encontrados nos arquivos de cunho histórico em todo o país, sejam custodiados (armazenados, gerenciados em unidades de informação) ou não. Todavia, surge um problema: os arquivos, fontes de riquezas “vivas” para o entendimento, praticamente não são reconhecidos nem visitados pelos sujeitos sociais, em especial, pelas escolas públicas.

O arquivo tem como finalidade disseminar informação. Conseqüentemente, passa a ter um compromisso social, que leva o profissional a promover atividades que proporcionem aos cidadãos melhores conhecimentos para se situarem de forma consciente no contexto social que lhes é próprio. O intuito é contribuir para a sua formação cidadã, através de serviços de Difusão Cultural e Ações Educativas.

Com base nisso, a questão que fundou esta pesquisa foi: Como entender o processo de Difusão Cultural e as Ações Educativas no Arquivo Histórico da Paraíba voltadas para a compreensão do papel do africano na sociedade paraibana?

2.3 OBJETIVOS

2.3.1 Objetivo geral

Caracterizar o processo de Difusão Cultural e Ações Educativas voltadas para o Arquivo Histórico da Paraíba.

2.3.2 Objetivos específicos

- Avaliar os serviços de divulgação (Difusão Cultural) e socialização da informação (Ações Educativas) desenvolvidos no Arquivo Histórico da Paraíba;
- Promover atividade de Difusão Cultural de documentos referentes a afrodescendentes escravos (acondicionados no Arquivo Histórico da Paraíba), em uma escola do ensino fundamental da capital paraibana;
- Proporcionar Ações Educativas no arquivo aos alunos da referida escola, a partir dos registros históricos sobre escravos.

2.4 UNIVERSO E AMOSTRAGEM

Vieira (2006, p.15) define como universo ou população (termo que a autora utiliza para explanação) o “conjunto de elementos sobre os quais se desejam informações”. Sendo assim, em outras palavras, podemos caracterizar como universo ou população o conjunto de elementos com, pelo menos, uma característica em comum (bibliotecas, arquivos, livros, animais, cidades, pessoas, entre outros). Já a amostra é conceituada por Vieira (2006, p. 16) como “todo subconjunto de elementos retirado de uma população, para obter informações sobre essa população”. Assim, podemos compreender que as amostras são analisadas com a finalidade de trazer informações sobre a população.

A partir desse entendimento, caracterizamos como universo/população da pesquisa o Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, cujas atividades de Difusão Cultural e Ações Educativas tomaram como base esse espaço e sua documentação

como fonte de construção do saber. No que concerne à amostra, foi constituída através de documentos selecionados. Nesse processo, os educandos que participaram das Ações Educativas tiveram contato com os registros históricos sobre os africanos escravizados.

2.5 CAMPO EMPÍRICO

Segundo dados da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC), o Arquivo Histórico do Estado da Paraíba foi inaugurado no dia 2 de junho de 1987, pelo governador Tarcísio Burity, e idealizado pelo jornalista e escritor Waldemar Duarte. O arquivo reúne documentos importantes dos períodos colonial, imperial e da república: são cartas do rei D. Pedro I, jornais publicados desde 1912 até a atualidade, documentos que registram a criação de instituições, bairros e demarcações indígenas do Estado. O Arquivo Histórico também reúne mais de 200 fotos doadas ao Espaço Cultural pelo fotógrafo Gilberto Stuckert, em homenagem ao reconhecido fotógrafo e cineasta Walfredo Rodriguez. Algumas fotos são datadas de 1897 e mostram uma João Pessoa que nascia (www.funesc.com.br).

O arquivo passou por um processo de divisão há doze anos (quando se encontrava acondicionado no mesmo espaço do arquivo administrativo do governo do estado) e conta com dois profissionais/gestores responsáveis por cada arquivo. A organização dos arquivos foi realizada de forma distinta, e o Arquivo Histórico – objeto de estudo dessa pesquisa – passou por um processo de gestão que atendesse às necessidades dos historiadores (ressalte-se que essa é a área de formação do gestor do arquivo), o que justifica o fato de ter sido organizado através do método cronológico. Partindo disso, podem-se perceber as primeiras dificuldades enfrentadas no arquivo, para atender aos seus usuários, especificamente na recuperação da informação - já que apenas um método de arquivamento não é capaz de recuperar a informação com eficiência e eficácia - a falta de qualificação dos profissionais para atenderem aos usuários/pesquisadores; o pequeno espaço destinado às pesquisas, condições precárias de estrutura física, iluminação, ventilação, entre outros, o que denota a falta de disponibilização de recursos

financeiros das autoridades competentes para isso – nesse caso, o governo estadual - para condições mínimas tanto de trabalho quanto de atendimento.

Atualmente, o Arquivo Histórico conta com cinco funcionários, três dos quais cursaram apenas o ensino médio, outro tem formação superior em Matemática, e o gestor é graduado em História. Está localizado na Fundação Espaço Cultural em João Pessoa (FUNESC), na Avenida Abdias Gomes de Almeida, 800, e funciona de segunda a quinta-feira, das 08h30 às 17h00. Na sexta-feira o horário é das 8h às 12h.

2.6 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

“Genericamente, a observação é a base de toda investigação no campo social, podendo ser utilizada em trabalho científico de qualquer nível, desde os mais simples estágios até os mais avançados” (RICHARDSON, 1999, p. 259). Em âmbito acadêmico, a observação, como instrumento básico da pesquisa científica, requer novos elementos, e sua dimensão é ampla e complexa. Esse instrumento de coleta de dados é utilizado, predominantemente, em pesquisas de abordagem qualitativa.

Gil (2006) define a prática da observação como aquela que faz uso dos sentidos, com vistas a adquirir conhecimentos necessários para o cotidiano, e é utilizada cientificamente a partir dos seguintes elementos:

- a) Serve a um objetivo formulado de pesquisa;
- b) É sistematicamente planejada;
- c) É submetida a verificação e a controles de validade e precisão (SELLTIZ, 1967 *apud* GIL, 2006, p. 110).

A observação aparece em três modalidades:

- **Observação direta** que, definida por Rodrigues (2007, p. 128) como um:

instrumento de coleta de informações usado quando a observação praticada é direta é tudo o que possa servir como um meio de registro daquilo que se observa. A observação direta consiste no uso dos sentidos para apreender informações sobre os indicadores das respostas que o pesquisador procura. O pesquisador deve praticá-la de modo sistemático, para que suas observações sejam mais consistentes.

- **Observação indireta:** ocorre quando o pesquisador não se submete á percepção dos objetos de estudo e coletando informações através da percepção de terceiros;
- **Observação participante:** consiste na participação do observador na vida social do lócus em estudo.

Pretendemos analisar a prática do desenvolvimento das atividades de Difusão Cultural e Ações Educativas no Arquivo Histórico da Paraíba e, com a posterior análise dos dados coletados, constituir um plano para execução experimental. Acreditamos que o uso da observação, em sua modalidade direta, como instrumento de análise de dados, foi capaz de suprir as nossas necessidades de informação. Todavia, para a sistematização dos dados que foram coletados, estruturamos um plano de observação com pontos considerados importantes (de acordo com a teoria arquivística) para a discussão do nosso objeto de estudo (Apêndice A). Esse plano foi útil para que pudéssemos ser diretos e precisos no momento da observação e no auxílio da análise dos dados que foram coletados.

3 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: ARTICULAÇÕES ENTRE ARQUIVO E SOCIEDADE

Neste capítulo, trataremos do fenômeno da informação: as dimensões de seus conceitos e discussões no cenário contemporâneo em que estamos inseridos: a sociedade do conhecimento.

3.1 DIMENSÕES DO CONCEITO DE INFORMAÇÃO: MÚLTIPLAS FACES DE UMA MESMA MOEDA

No contexto atual, não é difícil perceber que a “essência” da sociedade é a informação. O reconhecimento da necessidade de informação apareceu com o denominado “boom da informação” ou “explosão da informação”, ocorrido no ano de 1945, pela polarização entre os Estados Unidos e a União Soviética. Isso se originou porque esses países, para manter as suas lideranças, geraram uma enorme

produção científica e tecnológica sem precedentes. Essa explosão passou a exigir mecanismos rápidos e sofisticados para a gestão da documentação e do acesso (recuperação) à informação, dando início à chamada Ciência da Informação. Assim, a partir da década de 60, nasce o interesse científico e governamental em relação à informação e, nesse contexto, surgiram as organizações de informações – arquivos, centros de documentação, entre outros (FONSECA, 2005).

O conceito padronizado de informação ainda é considerado como um alvo longe de ser alcançado, pois as várias áreas do conhecimento fazem uso da informação da forma pela qual se faz necessário. Ainda há o problema de que, dentro de uma própria área do conhecimento, não há um conceito padronizado. Assim, podemos encontrar a informação como produto (coisa), como elemento do processo de comunicação, como conhecimento ou, ainda, como um signo linguístico.

Para compreender o sentido do termo informação, recorreremos aos conceitos elaborados por pesquisadores/estudiosos da área, entre os quais, destacam-se Capurro, Hjørland, Le Coadic. Tais autores apresentam a informação como elemento do processo de comunicação, opção que adotamos neste trabalho.

O francês François Le Coadic (1996) traz, em sua clássica obra, *A Ciência da Informação*, um conceito mais aprofundado e diversificado acerca do termo informação, com elementos característicos de documentos/informação de caráter biblioteconômico, arquivístico ou museológico. Na perspectiva de comunicação e lingüística:

a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. [...] Comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal (LE COADIC, 1996, p. 05).

O autor apresenta a informação como um ponto inicial para a comunicação e posterior construção do conhecimento.

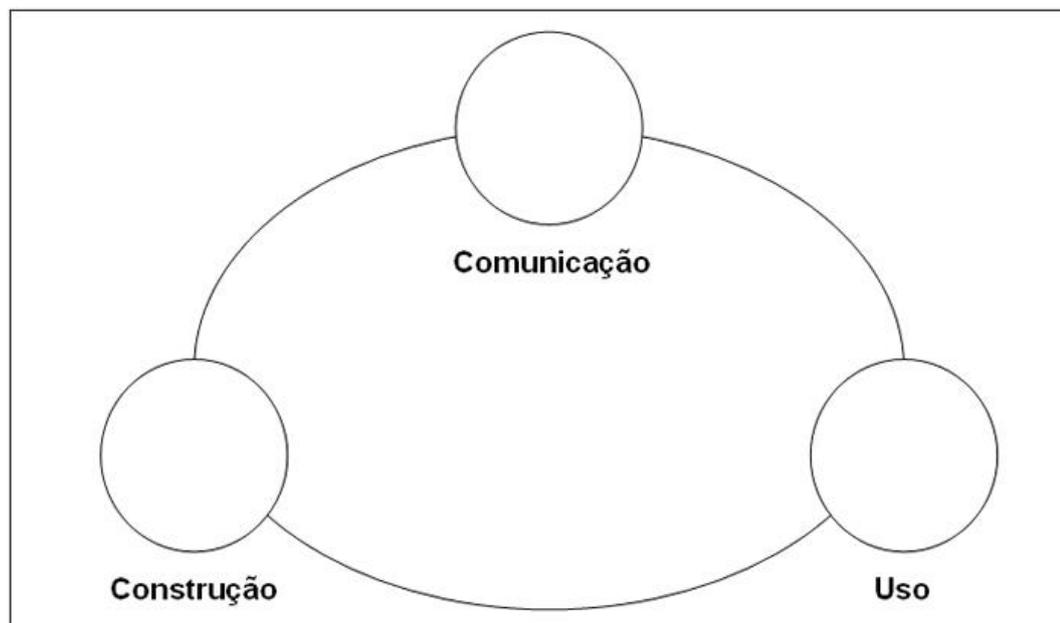


FIGURA 1: Ciclo da informação.

FONTE: Le Coadic (1996, p.11).

Conforme a figura, Le Coadic (1996) expressa que a sociedade exige e usa a informação como um produto, uma substância, uma matéria. Por isso, a sistematização da informação como parte do processo de comunicação pode seguir o mesmo ciclo, na perspectiva da Economia da Informação (produção – distribuição – consumo).

Machlup (1983) *apud* Capurro; Hjørland (2007) entende a informação como um fenômeno humano, conteúdo do processo contínuo/cotidiano de transmissão e recebimento de conteúdo comunicacional. Conseqüentemente, a informação apresenta-se como um conhecimento comunicado. Todavia, discutem a diversificação do seu conceito de acordo com a habilidade científica (biológicas, humanas, sociais, exatas): “[...] quase toda disciplina científica usa o conceito de informação dentro de seu próprio contexto e com relação a fenômenos específicos” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 13).

Castro (2002, p. 02) concebe que, numa sociedade cuja essência é a informação, “a informação qualifica-se em forma e em substância enquanto estruturas significantes que operam com a condição precípua de provocar conhecimento para o indivíduo e para o grupo social”. A autora acrescenta que a informação é elemento-chave de comunicação e harmonização do indivíduo com o seu meio.

Ribeiro (2004, p. 09) discute a informação nas perspectivas da Arquivologia e da Semiótica:

[...] conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada.

A informação é apresentada, predominantemente, como algo que tem como finalidade informar/comunicar. Porém, é importante ressaltar que ela também pode desinformar, dependendo, claro, do contexto e/ou do sentido que se está imprimindo na intenção ideológica. Sobre isso, Lévy (1993, p. 22) considera:

O sentido emerge e se constrói no contexto, é sempre local, datado, transitório. A cada instante um novo comentário, uma nova interpretação, um novo desenvolvimento podem mudar o sentido que havíamos dado a uma proposição (por exemplo), quando ela for emitida [...]

Conforme percebemos, vários autores trazem olhares diferenciados para discutir a informação, suas finalidades e funcionalidades. Cada conceito é construído com base no conhecimento acumulado de um determinado período e grupo social/profissional e na necessidade em um determinado contexto. Assim, os conceitos de informação são frutos dos esforços de um processo de teorização que remetem a fatos e a indicadores da realidade.

Nesse caso, as representações de fato e de indicador são evidenciadas pela construção teórica (sob a influência de diferentes correntes/paradigmas) situada num espaço de experiência comum (por exemplo, sob o espectro da Ciência da Informação) constituindo um campo acadêmico que envolve interesses disciplinares comuns ou adjacentes, sob a influência de práticas profissionais e de visões de mundo particulares (RABELLO, 2008, p. 16).

Nesse sentido, com base nas múltiplas dimensões do conceito, olhares e vertentes, a informação deu margem ao surgimento de diferentes correntes e perspectivas teóricas, que também acabaram desenvolvendo conceitos particulares. Segundo Araújo (2009), seis são os campos históricos que constituíram as discussões acerca dos contextos diversificados de informação, assim como as bases da Ciência da Informação, a saber:

- a) Teoria matemática, recuperação da informação e bibliometria:**
preocupação com a eficácia do processo de comunicação, o transporte físico

da materialidade que compõe a informação, assim como a atribuição de significado (recuperação da informação). A informação é definida como uma medida da incerteza – não como algo que é informado, mas o que poderia informar;

- b) Teoria sistêmica:** A lógica sistêmica enfatiza a ideia de ciclo (todo processo representa a saída de algo, e essa saída provoca a formação de novos elementos de entrada. No âmbito da Ciência da Informação, essa teoria apresentou duas manifestações. A primeira tem relação com as teorias funcionalistas a respeito da função da informação na sociedade; já a segunda trata do desenvolvimento das teorias sobre os sistemas de informação;
- c) Teoria crítica da informação:** inspirada nos modelos das ciências humanas, essa teoria discute a informação como um recurso fundamental para a condição de sobrevivência humana. Assim, traz à tona a desigualdade de distribuição da informação entre os atores sociais – a informação é apropriada por alguns, que garantem o acesso a si e aos demais, gerando exclusão. A democratização e o acesso da informação são algumas das temáticas estudadas por essa perspectiva teórica;
- d) Teorias da representação e da classificação:** A preocupação com a “classificação do conhecimento” fez emergir tal teoria. Essa área aspira a modelos e a métodos para descrição (do ponto de vista material) e classificação (o assunto, tanto no âmbito dos arquivos quanto das bibliotecas). Foi nesse período de estudo da teoria da representação e da classificação (Século XIX) que surgiram os primeiros sistemas de classificação bibliográfica, como a CDU (Classificação Decimal Universal). Posteriormente, foram agregadas a esse campo as teorias do conceito, da terminologia, da semântica e da semiótica.
- e) Produção e comunicação científica:** Ênfase nos fluxos e na transferência da informação, ou seja, a sua comunicação. A informação, nesse contexto, passou a ser entendida como um recurso, como condição de produtividade. É através desse período/princípio que surgem os estudos da gestão da informação e da gestão do conhecimento;
- f) Os estudos de usuários:** Esse modelo se direciona às percepções dos usuários em relação às lacunas de conhecimento, assim como os meios utilizados para preencher essa lacuna através do uso da informação

(metodologia do Sense-Making). Nesses moldes, busca-se entender informação do ponto de vista das estruturas mentais/cognitivas dos usuários, que necessitam da informação, buscam-na e a usam.

Percebemos que, com as preocupações voltadas para um determinado ponto, as concepções e suas tendências tinham necessidades distintas, o que originou conceitos também distintos.

Capurro (2003), voltando-se aos diferentes olhares, em diferentes espaços e tempos, reconhece a existência de três paradigmas no campo:

- a) **Paradigma físico:** apontado como a raiz das discussões sobre a informação (até principiando suas teorias), volta-se aos sistemas informatizados, em que o conceito de informação se aproxima de um sentido estritamente técnico, uma informação mensurável, que não contempla um significado semântico, ou seja, sua visão está ligada à construção dos sistemas computacionais para que a informação possa ser quantificada, processada e transmitida por máquinas de forma eficaz (perceba-se a similaridade com as teorias da matemática e de recuperação da informação);
- b) **Paradigma cognitivo:** seu foco principal são o usuário e seu conhecimento individual.

Tal paradigma considera os modelos mentais dos usuários, utilizando abordagens cognitivas – centradas no processo interpretativo do sujeito cognoscente, observando-se suas características fenomenológicas e individuais, valorizando assim tentativa de inclusão das dimensões semânticas e pragmáticas nos sistemas de Recuperação da Informação, com o intuito de possibilitar uma melhor “gestão das informações” a partir da análise de “como as informações são compreendidas pelos usuários” (ALMEIDA, et. al., 2007, p. 07).

- c) **Paradigma social:** iniciando os estudos de comunidade de usuários, o paradigma social direciona-se aos elementos subjetivos dos usuários, para modelagem (estruturação) dos sistemas de recuperação da informação, considerando o grupo social ao qual pertence, e identificando a sua possível percepção de mundo. A partir disso, dá-se um enfoque interpretativo, centrado no sentido e no contexto social do usuário e do sistema de recuperação da informação. Acredita-se que, na perspectiva do paradigma social, a informação seria bem mais compreendida se estudada a partir de domínios do conhecimento relacionados às suas comunidades discursivas (ALMEIDA, et. al., 2007).

A Ciência da Informação conta com domínios específicos para a prática (manipulação), a análise e o estudo das diferentes formas e aplicações de seu objeto de estudo. Para isso, conta com a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia e a Arqueologia, que lidam com esse fenômeno, cada qual com suas especificidades.

Em se tratando da informação de cunho arquivístico, Lopes (2009) refere que é a informação orgânica e registrada. Assim, a *forma* (suportes + espécies + funções = tipologia dos documentos (Diplomática); o *sentido* (de onde, para onde, na direção de?) e a *significação* (o conteúdo informacional) devem ser visualizados para a identificação dessa. Todavia, para que se chegasse a essa percepção da informação arquivística, um longo tempo de insistentes debates e estudos foi percorrido.

As discussões acerca da informação, em sua amplitude, ou seja, na perspectiva da Ciência da Informação, foram caminhando (conforme apresentado anteriormente) gradativamente, assim como a informação na Biblioteconomia, na Museologia e em outras áreas. Mas a Arquivologia (seus profissionais e estudiosos) preocupava-se, restritamente, com o documento (a preservação do suporte), o que se configura como uma possível justificativa da ausência de discussões a respeito da informação arquivística na Ciência da Informação.

Na realidade, somente duas correntes do pensamento arquivístico debruçaram-se sobre o problema da informação: o *record management* e a arquivística integrada. A arquivística tradicional permaneceu com uma visão clássica, pautada nos documentos. As preocupações dos *records managers* ou *informations managers* são preferencialmente ligadas à informação administrativa, o que os aproxima das chamadas ciências da administração. De acordo com alguns especialistas dessa área, a técnica de tratamento dos arquivos ativos e semi-ativos é uma subdisciplina das ciências administrativas. Não se trata de uma posição claramente defendida, mas é possível observar uma tendência nesse sentido. Os autores da arquivística integrada foram os primeiros a fazer referência à informação orgânica e registrada como uma informação de natureza arquivística (LOPES, 2009, p. 117-8).

A ideia de que a Arquivologia é uma área subsidiada pela Administração e pela História, por exemplo, vem de longa data e, infelizmente, por alguns profissionais e/ou estudiosos da área essa concepção permanece até hoje. Isso prejudicou e continua prejudicando a ampliação do conhecimento e as discussões acerca do fenômeno da informação arquivística, seus próprios conceitos-chave (como documento, arquivo), limitando o espaço para desenvolvimento da própria Arquivologia.

Assim, a Arquivologia pós-custodial vem trabalhando para introduzir as discussões sobre a informação arquivística no berço da Ciência da Informação.

A proposta da Arquivística pós-custodial é a transformação da Arquivística em uma disciplina da Ciência da Informação. Para tanto, sugere o avanço na teoria e na prática de tal modo que a cientificidade venha a se tornar o ponto central da Arquivística, distanciando-se do senso comum tão presente na rotina dos arquivistas hodiernos. Foge do pensamento arquivístico custodial que trata o documento como um bem cujo valor se limita a servir unicamente à cultura ou à história; ou, tragicamente, que o tratamento arquivístico se justifica somente pela necessidade de liberação de espaço físico nas dependências das instituições (BRITO, 2005, p. 07).

A partir disso, podemos compreender que o direcionamento da visão da arquivística (da informação arquivística) não deve pautar-se na materialidade dessa (no documento, em sua conservação e preservação), mas, com o avanço do arcabouço teórico, através de discussões, de estudos e de métodos e formas de disseminação, acesso e uso da informação, ou seja, uma revolução no modo de saber e fazer a arquivística contemporânea.

3.2 O CENÁRIO DA INTELIGÊNCIA COLETIVA E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO BEM SIMBÓLICO E CULTURAL DAS SOCIEDADES MODERNAS

“O coletivo inteligente é a nova figura da cidade democrática” (LÉVY, 1999, p. 69). É nesse contexto em que o autor vem explicar que o conhecimento nato está nas pessoas, no círculo que se encontra envolvido. Como o próprio termo determina, é o coletivo inteligente que funda a cidadania e a democracia das sociedades modernas. Mas o que podemos caracterizar como inteligência coletiva? Para Lévy (1999, p. 28-9), trata-se de:

uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. Acrescentamos à nossa definição esse complemento indispensável: a base e o objeto da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas, e não o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas.

A inteligência coletiva propõe a valorização do sujeito por suas competências, como integrante do processo dinâmico e social de troca de saberes. Essa construção de saberes e de competências é feita através do processo de comunicação, de compartilhamento de experiências de vida: percurso profissional,

práticas sociais e culturais, da interação com as coisas e o meio. Com a comunicação desses elementos estamos oferecendo recursos de conhecimento à comunidade, assim como aprendendo com as características/experiências colocadas com os demais integrantes desse meio, criando *redes de saberes* constituídas de artefatos próprios e usufruindo delas, para fomentar o interesse em aprender mais no dia a dia, a fim de que possa ser, posteriormente, compartilhado com os demais e conhecer o que foi apreendido nesse mesmo processo pelos demais integrantes do meio/cidade/sociedade para o desenvolvimento individual e coletivo.

“Basear o laço social na relação com o saber consiste em encorajar a extensão de uma civilidade *desterritorializada*, que coincide com a fonte contemporânea da força” (LÉVY, 1999, p. 27). Assim, segundo o filósofo, a inteligência coletiva é a chave para a construção igualitária de cidadãos, da real virtude democrática de direitos sociais, pois a cidade/sociedade inteligente visa, com essa permuta contínua de saberes, ao desenvolvimento das subjetividades e das coletividades.

É nesse contexto que emerge a dinâmica da cidade inteligente que, através de características distintas, consegue aspirar ao ápice democrático e alcançá-lo: capacidade de escutar - essa é a primeira característica de uma cidade inteligente, pois é dessa forma que há o compartilhamento de experiências em busca da igualdade, extinguindo-se as exclusões; organização (atribuição de funções a todos, dividir tarefas; reforçando as competências); conexão (a interligação de todos, a prática da não individualidade); visão emergente; expressões; decisões e avaliações são as fases seguintes que firmam em uma democracia em tempo real (LÉVY, 1999). A partir desse processo, é possível acreditar que:

uma comunidade fundamentada na competência e na formação das estruturas do conhecimento busca uma homogeneização da justiça, o bem comum e a informação como base para o conhecimento (MEDEIROS, 2003, p. 04).

Tais configurações sociais são exigidas pela contemporaneidade, pois as necessidades da pós-industrialização requerem recursos de comunicação e de informação eficientes para a construção de práticas e de saberes que contemplem os parâmetros da sociedade da informação e da sociedade do conhecimento,

voltados para as distinções da inteligência coletiva. Todavia, é válido ressaltar que a sociedade da informação e a do conhecimento, que requerem essa coletividade inteligente, são desafiadas pelo processo e pelos interesses capitalistas dos Séculos XX e XXI. Acreditamos, então, que é necessário ultrapassar esse desafio da contemporaneidade para que possamos alcançar um nível de inteligência coletiva que priorize a todos, para reduzir as desigualdades.

Em face da construção da inteligência coletiva, entendemos que os processos educativos emancipatórios merecem relevância, uma vez que refletem criticamente a realidade visando transformá-la, através de ações educacionais comprometidas com o futuro, a partir da revisão do real:

[...] como aposta de que o processo crítico do homem possa imprimir-lhe uma retomada de consciência e determinar uma nova direção as suas ações, considerando valores eletivos e a historicidade de sua trajetória. Conceitos básicos dessa abordagem devem considerar emancipação, decisão democrática, transformação e crítica educativa (CUNHA, 2010, p. 01).

Acreditamos que é com o cumprimento, por parte do Estado, dos direitos basilares dos cidadãos e o devido acesso à educação que a compreensão de mundo e a igualdade de oportunidades possam acontecer de forma mais coletiva. Só assim poderemos enxergar o mundo como uma comunidade de ação integradora, como um espaço que visa desenvolver o sujeito no cenário da inteligência coletiva.

3.2.1 Unidades de informação como centro de cultura: uma contribuição para a inteligência coletiva

Além de ser importante ao desenvolvimento humano, a inteligência coletiva está intimamente ligada a uma nova cultura social. Isso é explicitado com a colocação de Lévy (1999, p. 31) de que “a inteligência coletiva só tem início com a cultura e cresce com ela”. Assim, podemos asseverar que a construção da identidade e a definição de seus aspectos dialéticos, políticos e econômicos são alguns dos elementos que configuram a cultura de um lócus.

Nesse contexto, tendo em vista que a informação e a comunicação são consideradas as “chaves” para a autoorganização de uma sociedade, é essa

autoorganização que funda a constituição da inteligência coletiva. Concordamos com a colocação de Medeiros (2003, p. 6-7), que expressa que o processo informacional:

[...] para a construção do laço social e da inteligência coletiva, defende a interatividade entre os dispositivos da informação e comunicação como metas para a participação popular em um processo social de coerência entre o uso do conteúdo informacional (a essência) e a sua interatividade de repercussões e perspectivas (a consequência).

Assim, compreendemos que a informação deve ser disponibilizada e acessada para o desenvolvimento da coletividade e a constituição do seu laço social. A interatividade com os dispositivos de informação pode se feita através das unidades de informação, encontradas em diversos lócus e com temas variados.

Os meios institucionais de custódia e disseminação da informação são os arquivos, as bibliotecas, os museus e os centros de documentação. Cada qual, com sua responsabilidade no processo de disseminação e uso da informação, em benefício da progressão científica, tecnológica, cultural e social. Tipos de suportes, o conjunto no qual estão inseridos, o produtor dos documentos, os fins de produção, o objetivo da instituição e o público-alvo são algumas das características que distinguem essas quatro unidades uma das outras.

Bellotto (2006, p. 43) apresenta sucintamente, em um quadro autoexplicativo, as características de cada uma das unidades informacionais, com base nos elementos acima citados. Vejamos:

	Arquivo	Biblioteca	Museu	Centro de documentação/banco de dados
Tipo de suporte	Manuscritos, impressos, audiovisuais, exemplar único	Impressos, manuscritos, audiovisuais, exemplares múltiplos	Objetos bi/tridimensionais, exemplar único	Audiovisuais (reproduções) ou virtual, exemplar único ou múltiplo
Tipo de conjunto	Fundos; documentos unidos pela proveniência (origem)	Coleção; documentos unidos pelo conteúdo	Coleção; documentos unidos pelo conteúdo ou pela função	Coleção; documentos unidos pelo conteúdo
Produtor	A máquina administrativa	Atividade humana individual ou coletiva	Atividade humana, natureza	Atividade humana
Fins de produção	Administrativos, jurídicos, funcionais, legais	Culturais, científicos, técnicos, artísticos, educativos	Culturais, artísticos, funcionais	Científicos
Objetivo	Provar, testemunhar	Instruir, informar	Informar, entreter	Informar
Entrada dos documentos	Passagem natural de fonte geradora única	Compra, doação, permuta de fontes múltiplas	Compra, doação, permuta de fontes múltiplas	Compra, doação, pesquisa
Processamento técnico	Registro, arranjo, descrição: guias, inventários, catálogos, etc.	Tombamento, classificação, catalogação: fichários	Tombamento, catalogação: inventários, catálogos	Tombamento, classificação, catalogação: fichários ou computador
Público	Administrador e pesquisador	Grande público e pesquisador	Grande público e pesquisador	Pesquisador

QUADRO 1: Comparativo das instituições de custódia e disseminação da informação.

FONTE: Bellotto (2006, p. 43).

Sem dúvidas, a autora traz significativas contribuições com a sistematização das principais características das unidades de informação, contudo, algumas lacunas ainda são encontradas, em especial, no que se refere ao arquivo.

As características apresentadas ao arquivo são limitadas, principalmente para atender às necessidades administrativas de uma instituição (motivação inicial de sua criação). Todavia, o arquivo passa por um ciclo que, posteriormente, transforma as informações organizadas como de bem público, pois, quando alcança a sua idade terceira, seu valor passa a ser histórico, cultural (veremos como funciona um arquivo na próxima seção).

Assim, podemos assegurar que todos esses espaços que mantêm informações culturais para entretenimento e conhecimento, configurando-os, como

espaços polivalentes, onde o cidadão convive com a possibilidade de pensar e de se expressar, são potenciais para a construção do saber e para a formação de inteligências coletivas propostas por Lévy (1999). Podemos, então, considerar que o papel dessas unidades é iminente, razão por que é preciso existir um reconhecimento por parte dos gestores dessas instituições sobre a sua função social.

Vale, no entanto, ressaltar que o saber não está presente em um lócus (em um espaço físico), mas como são eles que concatenam e disponibilizam informações, desempenham funções que vão firmar a construção do conhecimento do indivíduo. Com o alicerce entre a construção do saber e as unidades de informação, destacando-se o arquivo permanente, faltam políticas arquivísticas por meio das quais se possa desenvolver a interação comunicativa entre o arquivo e o sujeito social, o que contribuiria para estruturar a inteligência coletiva tão necessária ao Século XXI.

3.3 O ARQUIVO PERMANENTE COMO LÓCUS DE UMA PEDAGOGIA PARTICIPATIVA: DA SOCIEDADE INFORMACIONAL À SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

O Século XXI - ou a era pós-industrial - trouxe consigo grandes revoluções sociais, políticas e culturais que exigem novos mecanismos para a sobrevivência. À luz dessas inovações, emergem a sociedade da informação e, posteriormente, a sociedade do conhecimento.

Nesse contexto, discutiremos o papel das unidades de informação, especificamente o arquivo permanente, como um espaço de pedagogia participativa, que propulsionará os insumos básicos para a inclusão nesse novo panorama social que nos é demandado.

3.3.1 O Século XXI no contexto da Sociedade Informacional e da Sociedade do Conhecimento

Constantes mudanças e novas demandas sociais, políticas, econômicas e culturais vêm sendo observadas desde o fim da Revolução Industrial. Uma nova percepção de pilares que movem as indústrias, a comercialização, a economia, o Estado e a sociedade, de uma forma geral, tem feito emergirem novas necessidades, novos insumos e novos mecanismos. Nesse cenário, a informação e a comunicação mostram-se como as “molas” propulsoras de tais revoluções e requisições.

[...] uma nova estrutura social, manifestada sob várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção no final do Século XX (CASTELLS, 1999, p. 51).

O informacionalismo requer o acesso à informação de forma rápida e eficiente, e isso demanda o desenvolvimento de meios para a transmissão dessa “matéria-prima” para as tomadas de decisão. São esses processos produtivos de comunicação, política e cultural, nos eixos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que protagonizam a denominada Sociedade Informacional ou Sociedade da Informação, como preferem alguns autores.

Nessa nova era, a informação, tida como insumo básico, a flexibilidade (reconfiguração social) e a crescente convergência tecnológica são algumas das principais características da sociedade informacional.

Conforme expõe Castells (1999, p. 53), “[...] a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimento, de processamento da informação e da comunicação de símbolos”. Além da necessidade emergente de meios de transmissão da informação em poucos instantes e em qualquer lugar do mundo, a qualidade da transmissão (que a informação chegue ao seu destinatário sem ruídos) e da recuperação da informação requer sofisticados e eficientes *hardwares* e *softwares* capazes de atender a todas as demandas, o que leva à explosão tecnológica iniciada no Oriente com a China e o Japão.

O foco sobre a tecnologia pode alimentar a visão ingênua de determinismo tecnológico segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia, seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos (WERTHEIN, 2000, p. 02).

A Sociedade Informacional demandou novos mecanismos de acesso e recuperação da informação, pois vem desenvolvendo computadores, telefonia móvel e imóvel, entre outros aparelhos comunicacionais, o que suscita a ideia de que se pautava apenas na tecnologia. Entretanto, não é somente essa sua inquietação. Uma diferente abordagem para o capitalismo social também emergiu com a pós-industrialização: “[...] em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social” (CASTELLS, 1999, p. 41).

Um novo espectro social também foi exigido: o conhecimento do meio em que o indivíduo está inserido, porquanto a socialização e a interatividade foram algumas das características que também demarcaram essa nova fase do informacionalismo. A busca de saber, constituição de uma cultura organizacional, é um componente importante, que também favoreceu o desenvolvimento dos objetivos iniciais que emergiram da Sociedade Informacional.

Nesse contexto, é que surgem discussões acerca de que a Sociedade Informacional, hoje, já não atende às demandas contemporâneas e requer ainda mais recursos, não apenas para o acesso e a recuperação da informação, mas também para que o indivíduo a sistematize e a compreenda, para que a informação possa se transformar em conhecimento.

Podemos compreender a informação como aquilo que se poderia saber, mas não algo que se saiba. Já o conhecimento requer o domínio de formas de informação sobre os processos de construção e de armazenamento desse insumo: a informação. Assim, a Sociedade do Conhecimento é assinalada como a que oferece combinações de configurações e aplicações da informação com as tecnologias da comunicação, em todas as suas possibilidades (SQUIRRA, 2005). Esta, na ampliação e no fomento de estudos e de pesquisas para a ampliação do conhecimento, dilatou a percepção da ciência na conjuntura da Sociedade Informacional, estruturando não apenas os mecanismos de acesso e de recuperação da informação, mas também o seu uso devido para o desenvolvimento social.

O saber/conhecimento, agora como “mola” propulsora de inclusão e de exclusão na contemporaneidade, domina os diversos campos: a) a mão de obra trabalhista (exigência mínima de término do Ensino Médio para simples cargos; contínua qualificação (“reciclagem”), com cursos na área de informática, aprendizado de novos idiomas e participação de eventos na área de conhecimento, que são alguns dos exemplos que podem ser apontados); b) as organizações/instituições que, para prestar/oferecer seus serviços/produtos de qualidade, devem fomentar esse aprimoramento continuado de seus funcionários; c) o compromisso com o que está acontecendo na cidade, no estado, no país e no mundo, fatores que determinam o diferencial dessa sociedade.

Nesse cenário, devido à necessidade de investir em Educação, vislumbram-se: o fomento por parte do Estado tanto na educação básica quanto na ampliação do acesso ao ensino superior e, dentro deste, o investimento em Ciência e Tecnologia, que são algumas das formas de seu desenvolvimento. Isso trouxe à tona novos cursos de graduação, assim como a demanda de novos profissionais: a introdução de áreas como Engenharia de Alimentos, Informática Médica, Engenharia Clínica, Oceanografia e Arquivologia, que são alguns dos campos que eclodiram com as necessidades da Sociedade do Conhecimento.

Tanto a Sociedade Informacional quanto a Sociedade do Conhecimento trouxeram inúmeras colaborações, mas também emergiu daí um grande problema: o desenvolvimento das disparidades sociais. Infelizmente, nem todos têm acesso aos meios de informação (computador – com internet, telefonia, até meios básicos de comunicação como a televisão). Mas a Educação aparece como uma forma de superação, uma vez que o problema da Sociedade do Conhecimento não será resolvido pelo avanço tecnológico em si mesmo, nem por uma hipotética evolução natural.

Percebe-se que estamos em constante avanço, o que exige mais e mais mecanismos de inserção social. Manter-se sempre em contínuo aprendizado e bem informado é uma das formas de preparo para as coletivas.

3.3.2 O arquivo no contexto da pedagogia participativa

Conforme já discutimos, desde os primórdios, o homem faz uso da informação diariamente, para se comunicar com os outros, desenvolver suas atividades, entre outras diversas finalidades. A partir dessa necessidade de transmitir a informação, surge a necessidade de registrá-la em alguma forma de suporte. Com os primitivos, os suportes utilizados para registrar a informação eram as paredes das cavernas. Conseqüentemente, no processo evolutivo, vieram o papiro e o pergaminho, entre outros. Com a posterior necessidade de recuperar a informação, seria preciso organizá-la, portanto, nesse momento nasceu a ideia de arquivo como o que emerge da necessidade do homem em registrar e difundir informações relacionadas ao seu tempo às gerações futuras.

A origem histórica dos arquivos remonta ao início da escrita, nas civilizações do Médio Oriente, há cerca de 6 mil anos atrás. Os primeiros arquivos surgiram de forma espontânea nos palácios e nos templos. Alguns dos principais arquivos da Antiguidade são: Palácio de Ebla na Síria, Arquivo do Templo de Medinet no Egito no Séc. XII a.c.. Os Hititas foram os primeiros povos a a construir um edifício especial para arquivos, no Séc. XIV A.C (MARQUES, 2007, p. 01).

A definição de arquivo não é padronizada, pois o termo *arquivo* detém vários sentidos:

[é] conjunto de registros relacionados, tratados como um todo. Principal depósito de informações, organizados de tal maneira que possibilite sua recuperação por meios predeterminados; grupos de dados gravados ou em qualquer outro suporte de armazenamento; local ou móvel onde se guardam, ordenadamente documentos em geral; coleção homogênea de dados, passível de ser memorizada e processada por um computador, conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou suporte, são reunidos pro processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privada e conservados em decorrência do seu valor; conjunto de documentos, com datas de publicação, forma e suporte material diversos, elaborados e recebidos por uma pessoa ou organismo público ou privado, em função de sua atividade, organizados e conservados de forma permanente. (SANTOS; RIBEIRO, 2003, p. 21)

No arquivo, os documentos são acumulados organicamente, no decorrer das funções desempenhadas por entidades ou pessoas, independentemente da natureza ou do suporte da informação. Eles provêm de uma única fonte geradora - a

entidade/pessoa acumuladora. Portanto, esse é o princípio basilar da disciplina arquivística: o da proveniência.

Além disso, o arquivo é um órgão receptor, pois seus documentos chegam através da passagem natural e obrigatória, em que encontramos outro princípio: o da organicidade dos documentos. Assim, o arquivo é constituído por documentos seriados e únicos. Bellotto (2002, p. 23) vem elucidar tal princípio colocando que ele:

[é a] qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem [...], designa que, naquele determinado contexto de produção, no momento de sua gênese, com aqueles caracteres externos e internos genuínos e determinados dados, os fixos e os variáveis, ele é único, não podendo, em qualquer hipótese, haver outro que lhe seja idêntico em propósito pontual, nem em seus efeitos.

A totalidade do conjunto documental, que espelha a trajetória da entidade ou pessoa que o gerou, é indivisível porque, somente dentro desse conjunto, cada documento adquire seu pleno significado: esse é o princípio da indivisibilidade dos documentos de arquivo e que também é denominado de integridade arquivística. É válido ressaltar que o princípio da proveniência é o que norteia os demais.

Sobre a historicidade das bases teóricas, os princípios da disciplina arquivística aparecem no Século XVII formalmente, no ano de 1681, com a elaboração de um livro que apresentava métodos de como verificar a autenticidade dos documentos administrativos da época. *De re Diplomática* de Dom Jean de Mabillon é considerado por Luciana Duranti como o primórdio da teoria arquivística. Porém, é o *Manual dos holandeses*, que se apresenta como o marco fundador da disciplina arquivística no mundo.

Em se tratando da sua finalidade e do ciclo documental em que está inserido, o arquivo tem fins administrativos, jurídicos e sociais, que também podem ser científicos e culturais. Os arquivos, como fins administrativos, são aqueles que atendem às demandas da instituição que os criaram. Caracterizam-se também por estarem em sua primeira fase. Posteriormente, tais documentos passam por um processo de avaliação, em que são selecionados aqueles que devem ser eliminados ou os que serão conservados permanentemente como fim de prova ou testemunho. Todavia, é nessa idade (a permanente, ou a terceira idade do ciclo documental) em que, além de assumir a característica de prova e/ou testemunho, também assumem

fins históricos e/ou culturais e podem ser acessados, se assim for permitido pela instituição geradora.

A função primordial de um arquivo permanente é reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos. Em outras palavras, concentrar sob sua custódia, conservar e tornar acessíveis documentos que, posteriormente, serão úteis para fins administrativos, pesquisas históricas, entre outros. É no arquivo permanente onde se concentra o maior número de atividades, das quais podemos destacar: arranjo (que é a reunião e ordenação adequada dos documentos); descrição e publicação (acesso aos documentos pela consulta e divulgação do acervo); conservação (medidas de proteção dos documentos e, conseqüentemente, do local de sua guarda, visando impedir a sua degradação) e referência (políticas de acesso e uso de documentos), o que caracteriza a sua complexidade.

É no arquivo permanente onde é concatenada a informação histórica de uma instituição ou local e em que podemos perceber, com mais força, o seu legado de disseminação da informação, passando a ter sua responsabilidade social mais visível. Como já exposto, a sociedade necessita, diariamente, de informação para a sua sobrevivência, e o arquivo, como detentor, gestor e disseminador de informação/conhecimentos, passa a ter um olhar diferenciado. Isso demanda serviços de integração do arquivo com a sociedade, para que as pessoas possam ter reconhecimento da necessidade de informação, e o arquivo, como um lócus de extrema importância para a propulsão do saber.

É assim que esse lócus de integração para a construção do saber traz à tona a sua função pedagoga participativa, pois o arquivo não apenas transmite a informação, mas também pode estimular a re(construção) do conhecimento.

Os objectivos da educação na pedagogia participativa são viver a experiência/vida, envolver-se no processo de aprendizagem experiencial, dar significado à experiência, construir as aprendizagens, promover o desenvolvimento (OLIVEIRA, 2009, p. 01).

Além do papel pedagógico, nesse contexto, insere-se um processo que deve estar entrelaçado para a construção do saber, inserindo-se como um importante espaço para atender às demandas da sociedade do Século XXI: a Sociedade do Conhecimento. Nesse sentido, emergem serviços arquivísticos que vão propiciar aos seus usuários atividades que divulguem/propaguem o acervo: são os serviços de

Difusão Cultural e as Ações Educativas, de que emanam tais características. No decorrer do texto, poderemos conhecê-los com mais detalhes.

4 A DIFUSÃO CULTURAL COMO RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA

Na sociedade moderna o conhecimento é um bem de valor inestimável, pelo que é necessário promover a criação de mecanismos que contribuam para a sua consolidação e difusão. Aceder à informação disponível constituirá uma necessidade básica para os cidadãos e compete às diversas entidades garantir que esse acesso se efectue de forma rápida e eficaz e numa base equitativa. A Sociedade da Informação é uma sociedade do primado do saber (<http://www.prof2000.pt/users/gbagao/lv3l.htm>).

Como já exposto, as funções básicas de um arquivo são: reunir, organizar, conservar e tornar acessíveis os documentos/informações que ele detém. Todavia, para que isso aconteça, é necessário agregar as funções complementares que, *a priori*, são colocadas como ações ou atividades “relacionadas com as exposições, os eventos, as comemorações, a participação do arquivo nas atividades de teatro e de turismo, assim como nas ações junto ao ensino fundamental e médio” (BELLOTTO, 2002, p. 04).

Para que o desenvolvimento de tais atividades em serviços de Difusão Cultural em arquivos traga os resultados esperados, necessitamos da contribuição da Comunicação. Portanto, para o melhor entendimento da temática, nos remeteremos aos princípios das três teorias expostas. No primeiro momento, trataremos da Comunicação, seguida das expressões da Publicidade e do Marketing, como ferramentas fundamentais para esse processo.

4.1 ASPECTOS GERAIS DO FENÔMENO COMUNICACIONAL

A comunicação é algo bem mais amplo do que imaginamos. Ela está presente em todos os lugares: na escola, no shopping, em casa, no estádio de futebol, no hospital, entre outros espaços. A comunicação é uma necessidade inerente ao ser humano, já que não conseguimos viver isoladamente. Podemos entender, assim,

que o processo de comunicação é um dos fenômenos mais importantes da natureza humana.

A priori, podemos definir comunicação a partir da ideia do senso comum, como o ato de se comunicar, de estabelecer uma relação com alguém. Todavia, o processo de comunicação é algo mais complexo, como mostra a citação abaixo:

Comunicar é tornar comum, podendo ser um ato de mão única, como transmitir (um emissor transmite uma informação a um receptor), ou de mão dupla, como compartilhar (emissores e receptores constroem o saber, a informação, e a transmitem). Comunicação é a representação de uma realidade. Serve para partilhar emoção, sentimento, informação. Quem comunica é a fonte e, do outro lado, está o receptor. O que se comunica é a mensagem. Pode ser vista, ouvida, tocada. As formas de mensagens podem ser: palavras, gestos, olhares, movimentos do corpo. As formas como as ideias são representadas são chamadas de signos. Em conjunto, formam os códigos: língua portuguesa, código Morse, Libras, sinais de trânsito (<http://ana-intervalo.blogspot.com/2009/02/o-que-e-comunicacao.html>).

E qual a finalidade da comunicação? Bordenave (2002, p. 36) afirma que a comunicação “serve para que as pessoas se relacionem entre si, transformando-se mutuamente e a realidade que os rodeia”.

Como o ato de comunicar é algo inerente ao ser humano, alguns estudiosos da área ainda refletem sobre o processo de comunicação na pré-história, já que, em tal período, não havia os recursos de que dispomos hoje, inclusive o mais simples, que é a fala. Apontam que os sons produzidos pelas mãos, pelos pés ou pela boca poderiam ser umas dessas formas ou, ainda, os sons produzidos por meio de objetos, pedras, troncos e outros meios.

Isso nos remete a pensar que, independentemente da forma utilizada pelos homens pré-históricos, eles encontraram alguma forma de se comunicar. Sobre isso, deparamo-nos com alguns dos conceitos fundamentais da comunicação: o *signo* (qualquer coisa – escrita, objeto, som, etc. – que tenha sentido) e a *significação* (que é entendida como o uso social dos signos). Bordenave (2002) refere que a base da comunicação, em geral, e da linguagem, em particular é a atribuição de significados a determinados signos. O autor acrescenta que:

Outra grande invenção humana foi a *gramática*, isto é, conjunto de regras para relacionar os signos entre si. As regras de combinação são necessárias pela seguinte razão: se o homem possui um repertório de signos, teoricamente poderia combiná-los de infinitos modos. Se cada pessoa combinasse seus signos a seu modo, seria muito difícil comunicar-se com os outros. Graças à gramática, o significado já não depende só dos signos mas

também da estrutura de apresentação. É por isso que não é a mesma coisa dizer: “um urso matou meu pai”, que dizer: “Meu pai matou um urso” (BORDENAVE, 2002, p. 24-5).

De posse disso, segundo o mesmo autor, o homem desenvolveu a linguagem, que pode ser definida como a representação do pensamento, por meio de sinais que permitem a comunicação e a interação entre as pessoas. Nessa perspectiva, a linguagem pode ser caracterizada como:

- **Linguagem verbal:** Em que se tem como unidade a palavra;
- **Linguagem não verbal:** Em que se faz uso de outras formas de comunicação, como gestos, movimentos, imagens, entre outros;
- **Linguagem mista:** Em que se empregam características da linguagem verbal e não verbal (palavras, sons, imagens, entre outros); como exemplo, podemos citar a televisão, o cinema, as revistas etc.

Segundo Bordenave (2002), os elementos básicos do processo de comunicação são:

- A realidade ou situação em que ocorre o ato de comunicação;
- Os interlocutores que participam desse processo;
- Os conteúdos e a mensagem compartilhados;
- Os signos utilizados para o compartilhamento; e
- Os meios empregados para a transmissão da mensagem.

Em contrapartida, Perles (2010) entende como elementos do processo de comunicação: a linguagem, a cultura e a tecnologia como indissociáveis. É a linguagem que possibilita a cognição simbólica, a invenção cultural. No que se refere à tecnologia, o autor coloca a discrepância de olhares de um cidadão que vive na sociedade atual e o que viveu na era vitoriana e refere que isso se deu pelo avanço tecnológico, que influencia a vida atual. Por último, apresenta a cultura como subordinada às formas de comunicação:

Ora, se a existência da cultura está subordinada a forma de comunicação do tipo humano, isto é, comunicação simbólica, temos que admitir que os fundamentos da comunicação precisam ser buscados nos caracteres biológicos do homem, pois cultura e comunicação simbólica surgiram na terra simultaneamente como o próprio gênero humano. Assim, cultura e comunicação são conceitos suplementares, não se constituindo, nem um nem outro, fundamento, mas condição necessária para compreensão e existência de cada um (PERLES, 2010, p. 01-2).

O modelo apresentado por Berlo (2003) leva em consideração os seguintes elementos:

- **O emissor:** É a pessoa que tem algo, uma ideia, uma mensagem para transmitir ou que deseja comunicar;
- **O codificador:** A forma pela qual o emissor exteriorizará a mensagem;
- **A mensagem:** A ideia que o emissor deseja comunicar;
- **O canal:** Meio pelo qual a mensagem será conduzida, transmitida;
- **O decodificador:** Mecanismo que tem a responsabilidade de decifrar a mensagem pelo receptor;
- **O receptor:** Que compreende o destinatário final da mensagem.

Nesse contexto, há, ainda, as fases do processo de comunicação que, segundo Bordenave (2002), são:

- *A pulsação vital*, que ocorre em todo o corpo, inclusive, no cérebro;
- *A interação* de que a pessoa necessita para entrar em contato com o ambiente;
- *A seleção* de alguns elementos a serem compartilhados;
- *A percepção* de estímulos externos;
- *A decodificação* dos signos;
- *A interpretação* do que a mensagem inteira quer dizer;
- *A incorporação* do repertório ou acervo e a reação, como resultado da incorporação da mensagem na mente do receptor.

Bordenave (2002, p. 45-6) coloca que “a comunicação é um produto funcional da necessidade humana de expressão e relacionamento. Por conseguinte, ela satisfaz uma série de funções [...]”. São sete as funções da comunicação, a saber:

- **Função instrumental:** visa satisfazer necessidades materiais ou espirituais da pessoa;
Exemplo: “Eu quero um novo celular.”
- **Função informativa:** empregada quando se quer apresentar uma nova informação;
Exemplo: “Atenção, turma, tenho algo a informar a todos!”
- **Função regulatória:** tem o objetivo de controlar o comportamento de outros;
Exemplo: “Faça da forma na qual lhe disse que deveria fazer, João.”

- **Função interacional:** empregada para indicar o relacionamento com outras pessoas;
Exemplo: “Vamos juntas à universidade amanhã.”
- **Função de expressão pessoal:** para identificar e expressar o “eu”;
Exemplo: “Eu sou a favor da aprovação do projeto Ficha-limpa.”
- **Função heurística ou explicativa:** visa explorar o mundo dentro e fora da pessoa.
Exemplo: “Por que o céu é azul?”
- **Função imaginativa:** expressa a ideia de criar um mundo próprio de fantasia e beleza.
Exemplo: “Era uma vez, uma linda menina que passeava na floresta.”

4.1.1 Os meios de comunicação: canais para a difusão da informação

“Paralelamente à evolução da linguagem, desenvolveram-se também os meios de comunicação” (BORDENAVE, 2002, p. 29). Devido à necessidade de o homem se comunicar e de transmitir algo, desde os primórdios, foram pensadas formas de transmitir o que se desejava. Inicialmente, foram com os homens pré-históricos, que deixavam suas mensagens desenhadas em cavernas, até chegarmos hoje às mensagens por celular e por e-mails que chegam a qualquer lugar do mundo que se desejar em apenas poucos segundos. Isso nos levou a entender que os meios de comunicação foram se aperfeiçoando gradativamente, de acordo com cada época.

Hoje, consideramos os meios de comunicação como instâncias da comunicação em massa, ou seja, a imprensa, a rádio e a televisão em suas acepções públicas, privadas ou comunitárias. Trata-se de mecanismos que permitem a disseminação em massa de informação facilitando a construção de consensos sociais, a construção e a reprodução do discurso público e certos níveis de interação, principalmente dos novos meios independentes, alternativos e comunitários (RABOY; SOLERVINCENS, 2006, p. 01).

Os meios de comunicação podem ser categorizados da seguinte forma:

- **Sonoros:** telefone, rádio;
- **Escrita:** jornais, revistas, documentos;
- **Audiovisual:** televisão, cinema;

- **Multimídia:** concatenação de várias categorias de meios de comunicação;
- **Hipermídia:** CD-ROM, DVD, HDTV (TV digital) e internet, que aplica a multimídia (diversos meios simultaneamente, como escrita e audiovisual) em conjunto com a hipertextualidade.

4.2 PUBLICIDADE: A COMUNICAÇÃO PERSUASIVA

A publicidade, diferentemente do que é estabelecido pelo senso comum (de ser algo novo, fruto da sociedade capitalista), tem seus rastros deixados há cerca de três mil anos, através de um simples anúncio, oriundo de Tebas, no antigo Egito, que anunciava a busca de um escravo que fora perdido ou havia fugido.

O léxico publicidade é derivado do verbo latino *publicare*, que significa “ação de tornar público”. Quanto à definição do termo publicidade, há dificuldades de estabelecimento, tanto por causa da questão de variedades de aspectos quanto da falta de consenso por parte dos estudiosos da área. De forma sucinta, podemos apresentar a Publicidade como ação de tornar algo público, não necessariamente com o objetivo de comercializar. Em outros termos, a publicidade é uma forma de divulgar uma ideia ou qualquer outra coisa. Gomes (2003, p. 17) ainda acrescenta que “[...] a publicidade é essencialmente um processo comunicativo, que requer meios de difusão de massa, denominados veículos, e que transmitem mensagens simultâneas a um grande número de pessoas”. É válido ressaltar que não há consenso por parte dos autores da área em relação à multiplicidade de aspectos que possam ser entendidos como uma ação publicitária (um anúncio de loja, um modelo de automóvel, ou por uma novela que tem o patrocínio de uma loja de brinquedos, por exemplo). Ele assevera que “ela veio para promover e estimular o intercâmbio de bens e serviços e apropriou-se de algumas técnicas de outra forma de comunicação persuasiva bastante mais antiga: a propaganda” (GOMES, 2003, p. 78). Juntas, possibilitam o processo de comunicação mais eficaz para a persuasão em favor do produto ou serviço que deseja ser vendido ou prestado.

Todavia, a união Publicidade & Propaganda acarretou alguns problemas acerca de suas teorias. Por alguns profissionais da área, os dois termos são tratados como sinônimos. Gomes (2001, p. 01) destaca “que essa confusão semântica se dá

apenas no Brasil, o que vem dificultando o diálogo acadêmico entre brasileiros e estrangeiros”. A falta de um consenso prejudica o diálogo tanto com profissionais da área de outros países quanto com os do próprio país (o Brasil), o que prejudica o crescimento científico publicitário.

Em se tratando da compreensão publicitária, podemos afirmar que se trata de um sistema que envolve outras atividades para sua concretude.

A compreensão da publicidade como um sistema implica adotar uma ótica mais ampla, envolvendo todas as suas interfaces. É uma visão que resulta mais enriquecedora: vista como um organismo estrutural, composto por um conjunto de elementos inter-relacionados, mediante processos mais ou menos complexos, por sua vez, bastante estruturados também, e que conduzem o sistema a um objetivo comercial determinado (GOMES, 2003, p. 11).

A partir do exposto, seguindo o pensamento de Gomes, podemos inferir que:

- a) O Sistema Publicitário pertence à categoria dos sistemas abertos;
- b) A publicidade é um instrumento de caráter econômico (está inserida no entorno do Marketing, portanto faz parte do conjunto de atividades empresariais);
- c) A publicidade gera vários outros sistemas que configuram sua estrutura interna, entre eles, dois fundamentais: o processo de planejamento e o processo de comunicação (GOMES, 2003, p. 12).

Assim, entendemos que a publicidade pode/deve ser enquadrada em uma empresa/instituição como parte da atividade de Marketing e fazer parte da comunicação mercadológica. Nessa perspectiva, o processo de publicidade e/ou Marketing depende da eficácia do processo comunicacional.

O anúncio publicitário deve passar pelas seguintes etapas:

- a) O conhecimento:** o consumidor deve ser informado da existência da marca ou produto;
- b) A compreensão:** é preciso ajudar a compreender o significado do produto, porque foi preparado com a intenção de que fosse a opção mais correta;
- c) A ação:** o consumidor é levado a uma situação na qual a operação de compra do produto seja a concretização das etapas prévias (COLLEY, 1964 *apud* GOMES, 2003, p. 88-9).

Conforme Muniz (2004), de acordo com a sua função e objetivos, a publicidade pode ser caracterizada de diversas formas, quais sejam:

- **Publicidade de produto:** tem como objetivo divulgar o produto ou serviço, levando o consumidor a conhecê-lo e a comprá-lo. O responsável por sua veiculação é o fabricante;
- **Publicidade de serviço:** procura a divulgação de serviços, como os oferecidos em bancos, empresas seguradoras, bibliotecas e arquivos;
- **Publicidade de varejo:** os produtos anunciados são patrocinados pelos intermediários – os varejistas. O varejo é uma das instituições do canal de distribuição e caracteriza-se por ser especializado na venda ao consumidor final. Pode-se aplicar também a designação publicidade comercial a essa tipologia;
- **Publicidade comparativa:** por meio desse tipo de publicidade, o anunciante enfatiza que as qualidades de seu produto são superiores às dos concorrentes;
- **Publicidade cooperativa:** é o anúncio ou campanha publicitária para a venda de um produto, realizada conjuntamente pelo fabricante com um ou mais lojistas ou, inversamente, a associação de diversos fabricantes de uma grande loja, para a produção de anúncios cooperados;
- **Publicidade industrial:** é aplicada no campo do marketing industrial, onde os bens são comercializados para intermediários que, posteriormente, encaminharão os produtos para o consumidor final. A tarefa da publicidade industrial não é a de vender o produto, mas facilitar, agilizar, otimizar e reduzir os custos do processo de venda;
- **Publicidade de promoção:** deve ser entendida como o apoio às ações de promoção de vendas, através dos meios massivos: rádio, televisão, cinema, jornal, revista e outdoor.

Com o que foi exposto, pode-se perceber a forte ligação existente entre a comunicação (como o fenômeno maior) e a publicidade. Para esta última, é necessário o entrelaçamento com outras atividades, como a propaganda e o Marketing. Por isso, para uma melhor contextualização, procederemos com a discussão voltada para as fundamentações do Marketing.

4.3 AS ESTRATÉGIAS DO MARKETING PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS

O marketing ainda é considerado uma nova realidade brasileira, porquanto foi introduzido no Brasil, efetivamente, há apenas quarenta anos. Todavia, a sua utilização se processou de uma forma vasta. Em pouco tempo, empresas e instituições investiram na implementação dessa atividade para melhor divulgar seus produtos e, conseqüentemente, induzir os consumidores a adquiri-los.

Apesar do curto tempo de estudo do marketing, uma definição para esse termo já foi amplamente discutida. Inicialmente, por um bom período de tempo, foi utilizada a definição da Associação Americana de Marketing (AMA), que apontava essa área como a que abrangia todas as atividades que envolvem o fluxo de bens e de serviços entre o produto e o consumidor. Todavia, essa definição não resistiu a críticas acadêmicas e deu espaço a dois aspectos primordiais: à responsabilidade das funções administrativas dentro do Marketing e à abordagem sistêmica, que se preocupa com a integração ordenada entre os diversos instrumentos que participam de um processo mercadológico qualquer.

Partindo dessas considerações, Richers (1994, p. 18) define Marketing como “sendo as atividades sistemáticas de uma organização humana voltadas à busca e realização de trocas para com o seu meio ambiente, visando benefícios específicos”. Esse conceito pode ser mais aceito pela comunidade acadêmica, por não se limitar apenas para a utilização em empresas privadas, posto que engloba não apenas instituições de ordem macro (como algumas das funções de um estado moderno ou de uma comunidade social), assim como atividades de instituições que não, necessariamente, visassem a lucros, como igrejas, hospitais, bibliotecas, arquivos, entre outras.

Para implantar o conceito de Marketing numa situação específica é conveniente que a empresa parta de um modelo comportamental que lhe sirva de base para o seu planejamento e para todas as suas decisões de médio a longo alcance. Alguns anos atrás desenvolvemos um modelo simples que se destina a esse preceito e que, desde então, nos serviu, não somente como um instrumento de ensino, mas acima de tudo para a aplicação da filosofia de Marketing em empresas brasileiras (RICHERS, 1972 *apud* RICHERS, 1994, p. 20).

A ideia central do modelo de Richers (1994) é de que as responsabilidades administrativas de uma equipe de Marketing pautem-se em quatro funções básicas, que foram denominadas de “4As”. São elas:

- **Análise:** Essa etapa auxilia a instituição/empresa a compreender as forças do mercado em que opera ou pretende operar no futuro;
- **Adaptação:** É a fase de adaptação dos produtos ou serviços às necessidades levantadas na fase de análise;
- **Ativação:** Trata-se das medidas destinadas a levarem os produtos aos mercados pré-definidos e que sejam adquiridos pelos consumidores com a regularidade desejada;
- **Avaliação:** Destina-se a controlar os processos de comercialização e de interpretação de seus resultados a fim de racionalizar os futuros processos de Marketing.

Todavia, para aplicar os “4As”, em uma instituição/empresa, eles devem estar pautados em uma definição prévia dos objetivos e metas que foram estabelecidos com sua diretoria. É possível, então, afirmar que os objetivos e as metas de uma instituição/empresa são o núcleo não só para esse processo, como também é a base de todo o planejamento do Marketing.

Por mais complexo e envolvente que seja esse processo de escolha e dosagem do composto de Marketing, ele sempre gira em torno de duas finalidades primordiais: uma delas consiste em detectar oportunidades de mercado ou a existência de demandas inadequadamente satisfeitas pelas ofertas existentes, seja da própria empresa e/ou de seus concorrentes. Essas oportunidades são denominadas “nichos” mercadológicos. A outra finalidade consiste em preencher esses nichos com o mínimo de recursos e custos operacionais (RICHERS, 1994, p. 25).

Para a aplicação das finalidades do Marketing em uma instituição/empresa, é necessário que ela seja racional nesse processo; que ilustre para o seu público-alvo o que será interessante que ele possua e que seja cabível a sua forma de consumo. Richers (1994) traz as etapas que uma equipe de Marketing deve seguir, para que alcance seus objetivos com a introdução dessa ferramenta:

- Objetivo:** Saiba o que aspira como empresa em face às oportunidades do seu mercado;
- Análise:** Descubra se e até que ponto os seus objetivos são aceitáveis pelo mercado;

- c) Recursos:** Assegure os meios para agir, de forma racional, em direção ao alcance dos objetivos escolhidos;
- d) Adaptação:** Ajuste sua oferta ao mercado para torná-la mais facilmente aceitável, para fazer crescer o interesse pelo produto/serviço;
- e) Ativação:** Ofereça os seus produtos e/ou serviços nos pontos, na época e sob condições adequadas à sua demanda;
- f) Avaliação:** Controle continuamente suas ações mercadológicas;
- g) Feedback:** Utilize o que lhe ensinou a experiência para aumentar a eficácia de processos futuros.

4.4 DIVULGAÇÃO E ACESSO AOS BENS CULTURAIS DO ARQUIVO: ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL

Até o Século XVIII o acesso às informações públicas era um direito restrito a um círculo reduzido de pessoas. Foi apenas com o advento da Revolução Francesa que referido o direito foi estendido a todos os cidadãos. Um outro marco importante para o despontar do direito à informação pública foi a aprovação pelo parlamento norte americano do *Freedom of Information Act*, em 1966. Entretanto, o estudo da digressão histórica do direito de acesso à informação pública há de ser feito em concomitância com o exame das orientações políticas adotadas, em cada período, pelos Estados mantenedores do arquivo, pois somente assim alcançaremos uma melhor compreensão da linha evolutiva do direito (PEREIRA, 2010, p. 01).

A noção de direito à informação encontra-se no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, fruto da Revolução Francesa. Trazendo para a realidade brasileira, esse direito é explicitado em nossa Constituição Federal (1988, p. 59), que coloca, em seu artigo 216, §2º, que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Tais regulamentações nos apresentam o direito que todo e qualquer cidadão tem a informação. Mas, o que podemos entender como *direito a informação*? Segundo Jardim (2010, p. 02), o direito a informação é uma:

[...] expressão de uma terceira geração de direitos dos cidadãos - carrega em si uma flexibilidade que o situa não apenas como um direito civil, mas também como um direito político e um direito social, compondo uma dimensão historicamente nova da cidadania.

O direito a informação está intimamente entrelaçado com a ideia de acesso à informação. Para elucidar esse elo, Jardim (2010, p. 03) afirma:

A noção de acesso à informação relaciona-se, portanto, a um direito, mas também a dispositivos políticos, culturais, materiais e intelectuais que garantam o exercício efetivo desse direito. O acesso jurídico à informação não se consolida sem o acesso intelectual à informação. O acesso jurídico à informação pode garantir ao usuário o acesso físico a um estoque informacional materialmente acessível (um "arquivo" no subsolo de um organismo governamental, por exemplo) sem que seja possível o acesso intelectual dada a ausência de mecanismos de recuperação da informação.

Na atualidade, de fato, o acesso a informação de caráter público e histórico é mais amplo em relação a períodos anteriores. Segundo as proposituras arquivísticas, os documentos deveriam dar acesso livre a quem deseje, mas não é isso que observamos na prática.

Vários diagnósticos realizados em arquivos de todas as regiões do Brasil constataam o caos em que os arquivos se encontram pela falta de interesse da administração em organizar o acervo documental ou, até mesmo, pela falta de profissional devidamente qualificado para desenvolver esse trabalho. Isso prejudica consideravelmente o acesso à informação. Outro problema, talvez o mais relevante, é o fato de o cidadão não saber que tem o direito de acesso à informação e que o arquivo é um espaço de construção de saberes.

O arquivista desenvolve o seu trabalho de reunião, organização, conservação e a disponibilização de acesso aos documentos para os seus usuários, mas é constatada a falta de cultura (independentemente da região brasileira) de visitas aos arquivos, de busca da informação. Então, o que fazer?

É a partir dessa indagação, que trazemos à tona a necessidade de atividades complementares de um arquivo, em especial, a atividade de Difusão Cultural. Para início da explanação, é importante entender o sentido do termo *Difusão Cultural*. Por isso, vamos analisar por partes. O vocábulo “difusão”, segundo alguns dicionários populares, significa a ação de difundir; o estado do que é difuso, a ação de propagar.

Em relação ao termo “Cultural”, unanimemente se concebe sua relação com o termo “Cultura”, de onde se origina. Definir o que é cultura é algo relativo, pois, entre as diversas áreas do saber existentes, recorre-se à “Cultura” da forma que mais lhe é cabível, portanto, não há uma padronização do termo, o que dificulta entendê-lo. Por tal problemática, Santos (1983, p. 20) coloca que, para se compreender a Cultura, devem ser entendidas as duas concepções sobre ela: “a primeira

concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se, mais especificamente, ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo”.

De forma específica, podemos entender que *cultura* é a dinâmica de um processo social, independentemente de seu lócus (país, região, cidade, instituição).

Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade (SANTOS, 1983, 37-8).

De acordo com o que apresenta o autor, a sociedade pode ser entendida como um conjunto de seres em um determinado lugar, independentemente de qual seja. Podemos ter uma sociedade em seu ângulo maior, que são os habitantes do planeta Terra, de forma mais delimitada, a sociedade brasileira; e outras mais específicas e restritas: sociedade de estudantes universitários, sociedade de advogados, sociedade de tenistas, entre outras.

A partir do exposto, podemos entender como Difusão Cultural em arquivo as atividades por meio das quais se propagam os serviços oferecidos, de acordo com sua cultura organizacional. Em outras palavras, a Difusão Cultural é uma função complementar das atividades de um arquivo – disseminação da informação – que visa atrair os usuários reais e os potenciais aos arquivos, levando-os a reconhecer que têm necessidade de informações e o quanto o arquivo é fundamental para adquiri-las visando à construção do conhecimento, já que detém o patrimônio documental pertencente a todo um povo, uma cultura, uma sociedade.

O trabalho desenvolvido em um arquivo deve pautar-se em uma visão integradora. Se, por um lado, sua missão é a de reunir, organizar, conservar e disseminar, em que assume uma ação técnica/administrativa, compete-lhe também atuar como um agente cultural.

A partir da implementação das funções complementares ligadas à cultura e à educação, o arquivo passa a ter um papel de mediação cultural. Com isso, como consequência desse novo estado de coisas, os arquivistas devem estar a par de um novo desafio profissional, pois terão de conquistar setores da população que pouco se conhecem entre si (BELLOTTO, 2002, p. 20).

Assim, fica mais clara a função social do arquivo, face à cultura e à educação de um determinado lugar. Todavia, a implementação de atividades de Difusão Cultural ainda é algo recente nos arquivos. Por essa incipiência, os arquivistas devem ter um contato direto com os profissionais de bibliotecas e museus, já que têm um período maior de desenvolvimento dessas atividades em seus locais de trabalho.

São atividades de Difusão Cultural: exposições, eventos, comemorações, a participação do arquivo nas atividades de teatro, assim como nas ações desenvolvidas no ensino fundamental e no médio, entre outras, como:

[...] publicações, tanto de livros, como de revistas e boletins relativas à história regional, à literatura, à geografia, folclore, etc.; organização de eventos comemorativos; programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes; aprimoramento dos circuitos turísticos nos sítios históricos; espetáculos de teatro e música em torno de temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos fora ou dentro de comemorações. Para cada um desses itens se poderia dizer muito e apresentar-se muitas possibilidades e modalidades de programação (BELLOTTO, 2002, p. 21).

Conforme exposto, são vastas as opções de atividades que podem ser desenvolvidas em arquivo para atrair o público local (estudantes, profissionais, cidadãos de um modo geral) e os turistas. Por isso é necessário o contato com os profissionais afins, para que o serviço seja oferecido com qualidade, e o objetivo seja alcançado.

Pela multiplicidade de atividades que podem ser oferecidas e o contato que se deve ter com outros profissionais, mais uma vez, vem à tona a necessidade do processo de comunicação como um fenômeno maior e essencial, que inclui suas funções e os meios adequados para a específica atividade para a qual foi selecionado. Assim como para a publicidade, com as etapas de anúncio e de divulgação do produto e/ou serviço (conhecimento, compreensão e ação, por parte dos consumidores) e o Marketing empregado, envolve todas as atribuições necessárias: estipulação dos objetivos, análise do ambiente onde as atividades serão desenvolvidas, os recursos para o seu desenvolvimento, a adaptabilidade por parte do público-alvo daquela atividade, a sua ativação, a avaliação da execução e, no fim, o *feedback*, ou seja, o resultado. Por isso, é preciso entrelaçar tais teorias, no que concerne às atividades de Difusão Cultural em arquivos.

As atividades mais utilizadas pelos arquivistas, nesse serviço, são as publicações e as exposições. Esta última é considerada como uma das melhores atividades para se difundir o patrimônio documental de um arquivo. A respeito disso, é válido ressaltar que há controvérsias sobre essa constatação por parte de alguns arquivistas, pois eles colocam que, se o documento de arquivo tem como princípios a proveniência, a organicidade e tantos outros, e, no caso da exposição, um documento é selecionado e apresentado unicamente fora de seu contexto, isso quebra os aspectos basilares que configuram o documento de arquivo. Todavia, essa é uma colocação para a qual deve ser dada toda a atenção, mas que não é relevante para esse momento da discussão.

Em relação às exposições, é necessário planejá-las, pois pontos-chave como tema, duração, escolha dos itens que devem ser apresentados e outros devem ser muito bem definidos.

A exposição há de ser considerada como um meio e não com o fim em si mesma, há de ser um meio para aproximar a sociedade do patrimônio documental, o trabalho realizado no arquivo, para sensibilizar a cidadania de seu valor e da necessidade da sua preservação, contribuindo assim, para o esforço comum de formar cidadãos mais conscientes de sua própria história. A preparação da exposição deve obedecer a fase de atividades sucessivas obrigatórias: orientação e preparação; pesquisa; conceito e configuração preliminar; desenvolvimento (elaboração de textos, catálogo); produção (montagem); inauguração; manutenção e avaliação; desmontagem (VELA, 2001 *apud* BELLOTTO, 2002, p. 25).

As exposições podem estar relacionadas com temas da realidade local ou acontecimentos especiais de onde o arquivo está inserido, sobre a arquitetura local, a evolução urbanística, diferentes freguesias e localidades, evolução política e outros diversos temas (PEIXOTO, 2009).

Em se tratando das publicações, os primeiros trabalhos suscetíveis são os que se referem aos elementos descritivos dos fundos, das séries e dos documentos que o arquivo custodia: guias, inventários e catálogos. Depois, então, poderemos avançar para outras publicações, que entram no conceito de Difusão Cultural como, por exemplo, as seguintes:

- *Publicações periódicas na imprensa local* sobre algum tema, a partir de um documento de certa importância naquele momento;
- *Publicação de uma revista*, com periodicidade semestral ou anual, de ciências sociais. Essa atividade pode ter um rendimento social e cultural inestimável;

- Websites, redes sociais na internet: Twitter, Orkut, Hi5, Facebook, MySpace, Windows Live Spaces, entre outros (PEIXOTO, 2009).

Concordamos com Bellotto (2006, p. 228), quando coloca:

[...] cabem ao serviço de ação cultural de um arquivo duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativo no recinto do arquivo.

Portanto, não basta atrair a população para o arquivo, mas oferecer meios para o desenvolvimento da pesquisa, para o bem-estar dentro do acervo e promover recursos para que, cada vez mais, o usuário/cidadão sinta a necessidade de ir ao arquivo. Tal preocupação concerne aos serviços de Ações Educativas, a respeito dos quais discutiremos no próximo capítulo.

5 AÇÕES EDUCATIVAS EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: O CARÁTER PEDAGÓGICO DO ARQUIVO

A educação existe em todas as esferas do indivíduo. Ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. A educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E essa é a sua força. A educação existe onde não há escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de um modelo de ensino formal e centralizado (CRUZ, 2009, p. 01).

A citação de Cruz traz à tona a quebra de pensamento do senso comum, segundo o qual o processo de educação parte unicamente do universo escolar. A educação não se limita ao conhecimento adquirido através do conhecimento formal, mas também do contato com o outro, com a pluralidade de culturas.

Com base nisso, como podemos definir o que é educação? Segundo Brandão (2007, p. 10-1):

a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer

povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, às vezes a inculcar – de geração a geração, a necessidade da existência de sua ordem.

Para elucidar essa definição, o autor exemplifica que o contato, as relações com a natureza (tendo sempre alguém mais experiente por perto), como é o que ocorre na cultura indígena, é um processo de aprendizagem que a escola não pode ensinar, mas que se faz necessário para a sobrevivência de um índio em seu meio. Voltando à nossa realidade, isso também é claro: a filha adquire a educação de sua mãe, da irmã mais velha, da tia que, provavelmente, adquiriu-a da avó, e assim sucessivamente, incluindo as influências sofridas nesse processo, do meio onde estão inseridos: bairro/cidade de classe, entre outros fatores.

5.1 OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO DO FUTURO

[...] a educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases da competência do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele (DELORS, 2003, p. 89).

Para exercer tal finalidade, a educação foi estruturada em torno de quatro aprendizagens fundamentais, segundo a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations (UNESCO). São elas:

- **Aprender a conhecer:** Nesse processo, o indivíduo adquire instrumentos de compreensão do mundo no qual está inserido para a sua sobrevivência digna, desenvolvendo capacidades profissionais para a comunicação. Tal aprendizagem vem contribuir para o crescimento dos saberes (de forma geral) e despertar, conseqüentemente, a curiosidade intelectual, o que fomenta o estímulo à interdisciplinaridade das ciências e acarreta o seu desenvolvimento. Para isso, é necessário estimular os métodos dedutivo e indutivo para a construção do conhecimento, assim como a atenção, a

memória e o pensamento. Especificando a memória, Delors (2003, p. 92) acrescenta:

[...] o exercício da memória é um antídoto necessário contra a submersão pelas informações instantâneas difundidas pelos meios de comunicação social. Seria perigoso imaginar que a memória pode vir a torna-se inútil, devido à enorme capacidade de armazenamento e difusão das informações de que dispomos daqui em diante. [...] Todos os especialistas concordam em que a memória deve ser treinada desde a infância, e que é errado suprimir da prática escolar certos exercícios tradicionais, considerados como fastidiosos.

- **Aprender a fazer:** Indissociável do aprender a conhecer, esse processo estimula a educação para o poder agir sobre o meio inserido, ou seja, está relacionada à formação profissional.
- **Aprender a viver juntos:** Esse é considerado um dos maiores desafios da educação, que visa estimular a participação e a cooperação com os outros em todas as atividades humanas (programas de cooperação na escola, no bairro, na comunidade religiosa, entre outros). Para isso, Delors (2003, p. 97) afirma:

que a educação deve utilizar duas vias complementares. Num primeiro nível, a descoberta progressiva do outro. Num segundo nível, e ao longo de toda vida, a participação em projetos comuns, que parece ser um método eficaz para evitar ou resolver problemas latentes.

Ainda nesse processo de aprendizagem, deve-se favorecer a diversidade, assim como semelhanças e interdependências, e fomentar o descobrimento de si mesmo.

- **Aprender a ser:**

[...] a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Todo o ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (DELORS, 2003, p. 99).

Com base na colocação precedente, podemos definir que esse pilar pode ser caracterizado como a integração dos três anteriores, o que tem o poder de fazer com que a sociedade progrida significativamente. Nesse sentido, o estímulo à imaginação e à criatividade (descobertas e experimentações:

estética, artística, desportiva, científica, cultural e social) é considerado imprescindível para o *aprender a ser* no processo de educação.

Os quatro pilares devem ser constituídos sempre em igualdade, a fim de que a educação apareça como uma experiência integral a ser levada por toda a vida, no plano cognitivo e prático, para o indivíduo como cidadão, ou seja, um membro da sociedade.

Com isso, podemos completar que se faz necessária a ampliação de visão da finalidade da educação, que deve deixar de ser:

[...] considerada como a via obrigatória para obter certos resultados (saber-fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica), e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser (DELORS, 2003, p. 90).

5.1.1 A educação escolar

Podemos entender, a partir do artigo 3º, que consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que o processo de educação escolar tem como finalidades:

- **Pleno desenvolvimento do educando:** Para possibilitar que o aluno se desenvolva plenamente, é necessário que a escola lhe ofereça condições para isso. Então, é a partir do momento em que a pessoa pode se desenvolver plenamente que terá condições de se sentir realizada;
- **Preparo para o exercício da cidadania:** O que caracteriza o cidadão é a sua participação social nas decisões que dizem respeito ao desenvolvimento da comunidade e do país. É preciso que todo cidadão tenha seus direitos respeitados e seja cumpridor de seus deveres;
- **Qualificação para o trabalho:** Como uma das finalidades da educação, a qualificação para o trabalho diz respeito ao ensino superior. É no espaço acadêmico fornecido pela universidade que o aluno aprenderá as teorias e as técnicas necessárias para a carreira que desejou seguir.

Na realidade brasileira, a educação escolar é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, criada em 1961, e cuja finalidade é definir e

regularizar o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal.

Em se tratando da estrutura educacional brasileira, a educação está dividida em seis níveis:

- Ensino infantil;
- Ensino Fundamental;
- Ensino Médio;
- Educação de Jovens e Adultos (supletivo);
- Ensino técnico; e
- Ensino Superior.

Neste trabalho, a ênfase será no Ensino Fundamental. Para mais esclarecimentos, na próxima seção do corrente capítulo, serão apresentados os objetivos, as estruturas do nível educacional em questão, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), assim como as vertentes educacionais brasileiras no que se refere aos aspectos do ensino de História.

5.2 OS DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA: ASPECTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS SOBRE A CULTURA AFRICANA

O Brasil encontra desafios constantes com o processo de educação básica, segundo suas finalidades. Todavia, o Estado, a partir de sua obrigação de prestar serviços para a construção da cidadania do povo, conta com o processo educacional como ferramenta-chave. Para isso, as esferas que lidam com tal processo procuram formas de qualificação da educação básica. Um exemplo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e outro que também pode ser colocado são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

No contexto das contribuições expressas pelos PCNs, apresentaremos como é feito o ensino de História, em especial, no que se refere à educação sobre a cultura africana.

5.2.1 A educação fundamental e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

A educação fundamental brasileira tem como objetivos:

- Compreender a cidadania como participação social e política, no exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando-se o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer características fundamentais do Brasil, nas dimensões sociais, materiais e culturais, como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classes sociais, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente, entre outros (BRASIL, 1997, p. 69).

Para a execução de tais objetivos, a Secretaria de Educação Fundamental, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), elaborou parâmetros a serem seguidos como base para o desenvolvimento dessa etapa básica da educação brasileira, amplamente conhecidos como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), cuja meta/missão é padronizar o ensino no Brasil, uma vez que não envolvem apenas as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula, mas também as relações aluno/professor, professor/escola, escola/sociedade.

Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997, p. 10).

Podemos considerar a aplicabilidade de tais parâmetros, tomando como base os pilares fundamentais da educação (expostos no tópico anterior do corrente capítulo), que trazem à tona a finalidade social da escola: a de transmitir conhecimentos básicos e de propiciar domínios para discussões e participações sociais e política do alunado.

Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sócio-política e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania (BRASIL, 1997, p. 24).

A figura a seguir apresenta o modelo didático para o desenvolvimento dos campos de domínio (disciplinas) a partir da perspectiva dos PCNs:



FIGURA 2: Didática de ensino das áreas de domínio na perspectiva dos PCNs.

FONTE: Parâmetros Curriculares Nacionais (1997).

A partir dos objetivos já estipulados por cada ciclo (os ciclos, nesse caso, são as etapas do ensino fundamental; o 2º e o 3º anos correspondem ao primeiro ciclo; o 4º e o 5º anos, ao segundo ciclo; o 6º e o 7º anos, ao terceiro ciclo, e o 8º e o 9º, ao quarto e último ciclo) e os conteúdos obrigatórios a serem ministrados, estruturam-se critérios de avaliação assim como orientações didáticas que contribuam para o aprendizado contínuo dos alunos

Tomando tais preceitos como base do processo educacional cotidiano, as escolas brasileiras, no que tange à educação básica fundamental, já têm aspectos positivos a serem apresentados, como: o maior índice de crianças na escola, queda

das taxas de repetência e evasão escolar, menores índices de analfabetismo e o maior empenho dos profissionais de educação.

É válido ressaltar que o Brasil é um país diversificado. Em toda a sua extensão, podemos contar com realidades (sociais, políticas, econômicas, educacionais, entre outros aspectos) distintas. Consciente de tal diversificação, a Secretaria de Educação Fundamental do MEC, no desenrolar de tais parâmetros, compreendeu a necessidade de se promoverem adaptações do que é exposto a cada realidade escolar/social.

5.2.2 Vertentes didáticas do ensino da cultura africana no Brasil: interlocução entre a escola e o arquivo

O ensino de História, em especial, tem um papel fundamental no processo de construção da identidade de um cidadão, pois também propicia o conhecimento da pluralidade cultural que cerca o sujeito e a articulação de saberes/domínios indispensáveis para a consciência dos direitos e deveres, desenvolvendo a sua capacidade de agente participativo e transformador da sociedade.

Assim sendo, o ensino de História deve utilizar didáticas que elucidem ao aluno a tais percepções. Sobre isso, Oliveira (2002, p. 01) coloca:

A disciplina história, ministrada nos primeiros ciclos do Ensino Fundamental, tem como principal desafio para os alunos: refletir, analisar e problematizar a história enquanto parte integrante da vida de cada aluno, de forma a possibilitá-los uma compreensão sistemática e crítica da realidade.

Para isso, a História não deve ser entendida como simplesmente a disciplina que estuda o “passado”, como algo distante da realidade presente. O tradicionalismo eminente por parte de alguns professores dos materiais didáticos parece não colaborar para o desenvolvimento da disciplina na construção dos aspectos expostos acima.

Com base nos PCNs, o ensino dessa disciplina merece olhares mais aprofundados por parte dos professores, pois os parâmetros incentivam o ensino de História a partir da integração dos alunos com a realidade, desenvolvendo suas habilidades com o social em sintonia com as mudanças sociais.

Em se tratando dos aspectos culturais a serem contemplados pelo ensino de História, os agentes que integram a construção da sociedade brasileira merecem destaque. O Brasil é um país diversificado pela influência direta de três raças e culturas distintas: o branco, o indígena e o africano. O cidadão que se pretende construir através da educação deve perpassar pelo processo de amalgamação que forma o povo brasileiro.

Uma visão única desse processo vem sendo apresentada pelos materiais didáticos oferecidos às escolas. A História do Brasil inicia-se com a chegada dos brancos (portugueses) no país, que são exaltados como os desbravadores das terras, “ignorando” a presença indígena que aqui já habitava. Sobre os afrodescendentes (africanos), Fernandes (2005, p. 03) expõe:

Os africanos, que aportaram em nosso território na condição de escravos, são vistos como mercadoria e objeto nas mãos de seus proprietários. Nega-se ao negro a participação na construção da história e da cultura brasileiras, embora tenha sido ele a mão-de-obra predominante na produção da riqueza nacional, trabalhando na cultura canavieira, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária e no cultivo do café, em diferentes momentos de nosso processo histórico.

A partir de tais percepções, decidimos voltar nosso olhar para as influências africanas nesse processo colonizador do Brasil. É com base nisso que, no ano de 2003, foi sancionada pelo governo federal a Lei nº 10.639 de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e de cultura afrobrasileiras nos níveis fundamental e médio, oficiais e particulares, elucidando, no estudo da história da África e dos africanos, a luta dos afrodescendentes no Brasil, a cultura afrobrasileira e o africano nas áreas sociopolíticas e econômicas pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

A partir de tal sanção, Santana; Paim (2010, p. 05) afirmam que:

Essa lei foi fruto da luta de diversos setores da sociedade que buscavam e, ainda buscam uma forma de reparar os mais de dois séculos de escravidão os quais os negros africanos foram submetidos.

Com base em tudo isso, medidas devem ser tomadas para que as finalidades do ensino de história, com base na lei sancionada pelo governo federal, possam ser cumpridas no processo de aprendizagem do aluno e contribuir para a construção da cidadania.

O acesso às fontes primárias de informação (como os documentos de arquivo) aparece como formas de preencher tais lacunas, pois é partir dele que podemos conhecer a realidade dos acontecimentos históricos de uma forma que, muitas vezes, não aparece nos livros didáticos. Nesse sentido, espaços como arquivos e museus ganham destaque.

No que concerne aos arquivos, são frutos das atividades administrativas de uma determinada organização. Seus documentos são produzidos a partir de informações/fatos; como fontes primárias. São essas fontes primárias de informação encontradas nos arquivos que, muitas vezes, servem à construção do conhecimento científico. Todavia, é válido ressaltar que o homem é um ser polissêmico e, por isso, cada qual tem sua forma de analisar e interpretar as informações. Esse é um dos fatores que causam algumas (in)diferenças no modo narrativo de certos fatos da história nos livros, por exemplo.

Com base no que foi exposto, é possível afirmar que o ensino de história pode promover uma interlocução com o arquivo, para que as lacunas deixadas em alguns livros didáticos possam ser sanadas, assim como desenvolver no aluno a necessidade de visitar o arquivo, de conhecer seu funcionamento e as informações que pode oferecer.

Assim, acreditamos que ao arquivo não cabe apenas difundir o que ele guarda (documentos, fotografias, entre outros), mas também desenvolver meios para a melhor utilização das informações em seus diferentes assuntos, suportes e usuários. É nesse momento em que mais um serviço de arquivo é disposto e necessário à sociedade: as Ações Educativas.

5.3 AÇÕES EDUCATIVAS EM MUSEUS E BIBLIOTECAS: ONDE ESTÁ O ARQUIVO?

As atividades das Ações Educativas são inerentes aos arquivos, em especial, aos públicos e/ou históricos. Todavia nem todos os gestores/funcionários têm conhecimento do que realmente são as Ações Educativas.

Qual de nossos arquivos nunca recebeu ruidosas visitas coletivas de escolares, nem foi por eles procurado em busca de documentação tipo “efemérides”? Ou ainda quais deixaram de fornecer cópias de peças de

grande significação histórica a professores que as usariam como função didática? (BELLOTTO, 2006, p. 231-2).

Não é esporadicamente que um serviço de tamanha necessidade pode satisfazer à comunidade/aos seus usuários. É necessária a inclusão dessa atividade no cronograma de atividades ao arquivo, como algo comum. Sob nosso ponto de vista, o arquivo não apenas desempenhará o seu papel didático no processo pedagógico, mas também seu papel social.

Conheceremos, a seguir, as atividades de Ações Educativas no âmbito dos arquivos, assim como o sucesso dessas atividades em outras unidades de informação, como os museus e as bibliotecas.

5.3.1 O papel pedagógico do arquivo: as Ações Educativas

As Ações Educativas também se encaixam na modalidade dos serviços que podem projetar o arquivo para a sociedade, dando-lhe a dimensão necessária para o cumprimento de sua finalidade inicial: disseminar a informação para quem dela necessite. Franz (1986 *apud* ALBERCH; BOADAS, 1991, p. 41) asseveram que:

[...] la función esencial del archivero en un contexto educacional es la “comunicación” de los documentos, el esesoramiento a los profesores y estudiantes, la determinación del tipo de grupos y temas a tratar y la indentificación y selección de documentos que correspondem a las necesidades específicas del proyecto.

Na realidade brasileira, os serviços educativos no espaço arquivístico ainda são pouco explorados. Sobre isso, Bellotto (2006, p. 230) completa:

[...] o papel dos arquivos tem sido pouco explorado no Brasil, embora a pedagogia brasileira venha sendo renovada e progressista. Porém, nos modernos métodos didáticos não foram incluídos os usos possíveis da documentação de arquivo. A abertura dos arquivos a um novo público – o escolar, o dos alunos do ensino fundamental e médio – pode propiciar benefícios didáticos surpreendentes.

A pouca importância dada a essa dimensão pedagógica do arquivo corrobora com a escassa literatura no que concerne às Ações Educativas, em parceria com a Difusão Cultural no Brasil.

Voltando ao papel pedagógico do arquivo, acreditamos que, para aproveitar bem mais o acervo arquivístico, no processo de educação nas escolas, esse espaço deve ser reconhecido como fonte educativa por parte da política/gestão do arquivo e da política/gestão educacional da escola. É por esse motivo que se discute, em âmbito nacional, a necessidade do serviço educativo na estrutura funcional da instituição, uma vez que o caráter educativo do arquivo deve assumir uma importância igualitária em relação à gestão documental, à sua conservação e/ou preservação, ao apoio à administração e outros (PEIXOTO, 2009).

As Ações Educativas pretendem aproximar dos alunos os documentos e as fotografias que registram os acontecimentos históricos de uma cidade, estado ou país, para que o arquivo seja um espaço de extensão escolar, não apenas no que se refere ao ensino da disciplina História, mas também da Geografia, da Biologia/Ciências, da Matemática e de outras ciências.

Quando a própria Unesco pensa em uma nova estratégia para a educação continuada, para suas novas formas, para a mobilização de recursos complementares, abre-se uma brecha oportuna aos arquivos: dar uma contribuição significativa introduzindo novos métodos e novos gêneros de material escolar. O arquivo pode fornecer recursos documentais de base não só ao ensino da história política e administrativa, mas a várias outras disciplinas das ciências biológicas, exatas, tecnológicas e, evidentemente, sociais, demonstrando suas atividades e concepções de tempos idos (BELLOTTO, 2006, p. 233).

O contato do aluno com o documento pode ocorrer através de duas vertentes: a) entre os documentos expostos (de diversos assuntos), em que ele tem a liberdade de escolher qual deseja conhecer com mais profundidade; b) e através do acesso às fontes, dentro do conteúdo programático que vem sendo ministrado pelo professor em sala de aula.

O serviço educativo deve ser disponibilizado aos alunos nos arquivos através da relação professor-arquivista. Tais profissionais devem entrar em acordo no momento da ação (caracterizada pelo senso comum como “visita”) que os alunos farão ao arquivo para que não restem dúvidas de nenhuma das partes na disposição das atividades e dos documentos. Essa interlocução entre tais profissionais é importante para que cada qual saiba o seu espaço e o que deve ser colocado aos alunos; ao arquivista cabe tecer comentários sobre o acervo, os documentos e as demais colocações sobre o arquivo, os serviços e a massa documental, e ao professor, traçar comentários a respeito do que está sendo disposto com base na

metodologia que o levou a promover aquela ação ou conteúdo que está sendo ministrado em sala de aula.

Nesse ponto, é válido ressaltar que, assim como a Difusão Cultural do acervo, as Ações Educativas devem partir do arquivo. Ao arquivista carece apresentar as possibilidades da interlocução arquivo-escola, o que o arquivo pode oferecer aos alunos e à escola, em geral, os benefícios posteriores à ação educativa, entre outros. As experiências mais bem sucedidas tiveram a iniciativa dos arquivistas, é o que nos mostram as poucas experiências brasileiras e as já consolidadas no exterior, como é o caso da França, da Rússia, da Espanha, de Portugal, entre outros países que investem na projeção cultural do arquivo à sociedade.

Depois de ser procurado pelo arquivista e aceitado participar das atividades com seu alunado, o professor deve planejar e organizar a exposição, a aula no arquivo, a seleção dos documentos e os materiais que serão utilizados, a seleção do melhor espaço, ou seja, nortear e colaborar com o arquivista para a preparação da ação, para que cumpra a sua finalidade: ampliar e dinamizar o conhecimento do alunado acerca de tal conteúdo.

Vários aspectos devem ser levados em consideração no momento de realizar as Ações Educativas:

- **A sala onde será realizada:** recomendamos que o arquivo tenha um espaço apropriado para as ações, seja bem iluminado e com estável temperatura, uma vez que fará a utilização de materiais específicos, como: televisão, aparelho de DVD/VHS, lousa, entre outros. Outro aspecto da necessidade de um espaço específico é que, como se trata de uma aula de dinamização, haverá ruídos, e isso pode atrapalhar os pesquisadores e demais usuários;
- **O número de alunos:** consideramos o ideal a quantidade de vinte alunos, para que todos sejam acompanhados. No que concerne à faixa etária, recomenda-se entre catorze e dezenove anos, já que esses sujeitos estão em fase de aprimoramento do conhecimento e no processo de construção identitária e cidadã;
- **Exposição dos documentos:** a exposição, de um modo geral, pode ser feita com cerca de cinquenta a cem documentos, dos quais devem-se reservar de dez a vinte para que os alunos possam lê-los, manuseá-los e, posteriormente, serem feitos os comentários do professor e do arquivista.

- **Seleção dos documentos a serem utilizados:** quanto à seleção dos documentos que serão utilizados na ação, é necessário usar aqueles que cumpram uma dupla característica – valor pedagógico e conteúdo histórico. Sem a seleção prévia da documentação, os alunos podem confundir o volume documental e ter dificuldades em distinguir o documento adequado.

As ações, comumente, iniciam com o arquivista apresentando o espaço do arquivo, sua função, estruturação, fundos documentais, as tipologias e os suportes documentais que têm. Tal apresentação pode ocorrer sucintamente, através de um vídeo que pode ser produzido pelo arquivo, porquanto essa apresentação é inicial a todas as ações e às demais que ocorram posteriormente à apresentação de documentos ou fotografias ilustres que o arquivo armazena. Para adentrar no conteúdo específico da ação, é preciso, apresentar o(s) assunto(s) que será(ão) buscado(s) nos documentos (como uma “aula”) e, conseqüentemente, passar-se ao contato com os documentos para que os alunos possam tirar suas conclusões.

Após a ação educativa, outras atividades complementares devem ser estimuladas aos alunos, tais para atrair ainda mais a sua atenção. Bellotto (2002) sugere algumas:

- **Trabalhos de pesquisa histórica:** fomentará o elo entre o arquivista e o(s) aluno(s) para que realizem pesquisas, ainda que sem complexidade, para que sejam motivados a iniciar o conhecimento sobre o uso das fontes primárias de informação;
- **Concursos:** redação, artigos de opinião, monografias, textos em geral; a partir de temas estabelecidos, poderão envolver pesquisas nos documentos do arquivo e destinados aos alunos; assim, os níveis de experiência exigidos devem ser compatíveis com o conhecimento incipiente que o alunado detém;
- **Exposições:** ilustração com documentos referentes aos assuntos que vão sendo ministrados em sala ou exposições ao público, no âmbito geral escolar, é mais uma forma de perpetuar as atividades educativas no arquivo. Tais exposições ainda podem conter em torno do mesmo tema, documentos de caráter museológico e biblioteconômicos;
- **Campanhas de coleta de documentos:** tais campanhas devem ser estimuladas com os alunos, para que possam formar coleções que teçam a memória local (cidade, estado), escolar, familiar, entre outras.

Sabendo que as atividades do arquivo gerencial se complementam, é válido considerar que, para a execução de serviços secundários, como o caso da Difusão Cultural e Ações Educativas, as atividades basilares devem estar bem desenvolvidas e alinhadas, como a gestão de documentos, conservação e preservação, entre outras.

A partir do exposto, fica claro que, para executar as atividades de Ações Educativas em toda a sua plenitude, é preciso haver diálogos com as demais unidades de informação, assim como estabelecimentos de ensino e outros espaços culturais.

Um serviço educativo de arquivo não deve dispensar a colaboração de outros organismos culturais e pedagógicos: museus, bibliotecas, centros de documentação, universidades e instituições ligadas ao turismo cultural. Tudo isso sem mencionar o mais próximo de todos: a própria escola (BELLOTTO, 2006, p. 239).

Paralelamente às ações voltadas para o alunado, os arquivos devem desenvolver a *Educação Popular*, caracterizada como outra vertente das suas atividades pedagógicas. Fomentamos a participação do aprendizado dos alunos no espaço arquivístico para que possam estabelecer outras perspectivas a seu respeito e disponham dele para suas pesquisas ou aquisição de conhecimentos: meio social inserido, direitos e deveres, entre outros. A Educação Popular surge, então, como fruto desse processo de Ações Educativas desenvolvidas na educação básica. Nesse sentido, compreendemos a educação popular como a que fomenta processos educativos voltados para o cidadão que não se encontra nas escolas. “A educação pós-escolar pode completá-lo como cidadão. O conhecimento do meio local da sua cultura pode desenvolver nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia” (BELLOTTO, 2006, p. 240).

O desenvolvimento desse serviço requer, no entanto, certas alterações na sistemática de funcionamento do arquivo, como, por exemplo, a ampliação do horário de atendimento e a possível abertura desse espaço nos finais de semana, entre outras, pois esse usuário específico exerce atividades cotidianas que o “impossibilitam” de frequentá-lo nos horários comerciais (comumente os horários de funcionamento estabelecidos no arquivo). Nesse caso, cabe ao arquivista estudar e aprimorar os métodos utilizados para pesquisas, de modo a contribuir para que a comunidade faça uso dos arquivos. Percebemos, assim, que o arquivo deve estar apto a atender às várias comunidades de usuários que possa receber. Isso exige um

aprimoramento contínuo do profissional e dos instrumentos de pesquisa (que auxiliam significativamente o momento de ações no arquivo).

A partir do exposto, podemos observar o quanto o arquivo pode contribuir didaticamente com o processo educativo, razão por que concordamos com Bellotto (2006, p. 246), quando afirma:

Mesmo não sendo a função primordial do arquivo, essa nova abertura para a educação pode se constituir numa forma de aproximação que lhe garantirá um novo espaço social. E isso acabará beneficiando – e até reforçando – o próprio protagonismo do arquivo-informação administrativa e do arquivo-informação histórica.

Barreiras e dificuldades podem aparecer nesse processo. Por parte da escola, alguns podem considerar como uma atividade que não trará benefícios ao aprendizado dos alunos, contudo o professor e o arquivista não devem consentir que tal interlocução seja interrompida. Em tais momentos, o primeiro deve se lembrar do seu objetivo maior: propiciar uma aula mais prazerosa, despertar no aluno o interesse pela história e pela sociedade; ao arquivista, cabe o papel de disseminar a informação para construir um cidadão consciente de seus deveres e direitos.

5.3.2 Experiências bem sucedidas em bibliotecas e museus de ações educativas voltadas para a cultura africana e a escassez no âmbito dos arquivos

Em âmbito nacional, podemos perceber que as bibliotecas e os museus já vêm desempenhando e apresentando à sociedade o seu papel educacional, e alguns arquivos já estão caminhando para que consigam atingir essa linha igualitária que deve existir no que se refere às Ações Educativas em unidades de informação.

Apresentaremos, a seguir, a partir de vasta busca na internet, algumas ações educativas que incluíram a temática da cultura africana em suas programações culturais e tiveram êxito onde foram desenvolvidas - tanto em museus quanto em bibliotecas.

Os museus vêm desempenhando ações voltadas para a educação em maior período de tempo, por isso, a prestação desse serviço é considerada como algo consolidado. Um exemplo disso são as Semanas de Museus promovidas pelo

Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)/Ministério da Cultura que, em 2010, já está em sua 8ª (oitava) edição. A última temática abordada é “Museus para a harmonia social”, que tem como objetivo destacar o papel desses centros de cultura, sua conexão com o mundo contemporâneo e sua importância na vida social, política e econômica das comunidades.

Na abertura nacional do evento, a museóloga Célia Corsino explica:

A harmonia social dos museus está baseada na diferença, na diversidade cultural, no pluralismo. Precisamos organizar esses espaços com o foco nessa perspectiva, pois é essa dimensão que oferece aos museus a função social, para a qual as atuais discussões estão voltadas (http://www2.cultura.ma.gov.br/portal/mham/index.php?page=noticia_extend&id=13).

Nessa perspectiva, várias palestras, em diferentes museus, foram conferidas com discussões acerca dos aspectos culturais dos afrodescendentes, dos indígenas e dos portugueses, além da exibição de filmes, apresentações artísticas diversas e visitas guiadas enfatizando-se objetos museológicos que remetessem à temática do evento.

Além do trabalho continuado que os museus têm proporcionado à cultura africana, podemos contar com outros que, especificamente, tratam dessa temática: o Museu Afro de Laranjeiras (Sergipe), o Museu do Escravo (Minas Gerais) e o Museu Afrobrasil (São Paulo) são alguns de muitos outros com que o Brasil conta e que desenvolvem, periodicamente, atividades de cunho educacional: palestras, oficinas, apresentação de vídeos, debates, lançamento de livros. Algumas ainda contam com um espaço bibliográfico especializado para atrair a comunidade e ter a sua participação efetiva como usuário.

Em se tratando das bibliotecas, podemos citar a Biblioteca Popular dos Afogados (BPA), localizada em Recife - PE, que promoveu em 2006 (segundo informações do site da instituição) a Semana da Cultura Negra, em seu espaço cultural. Para isso, pautou-se na discussão acerca do Dia Nacional da Consciência Negra, para a qual foram convidados alunos de diversas escolas pernambucanas e das adjacentes ao espaço da biblioteca. Palestras, oficinas, debates, apresentação de vídeos e peças teatrais foram realizados/apresentados trazendo a tona à pluralidade cultural dos diversos grupos afro e a importância da cultura na construção social das diferentes comunidades

(<http://www.ladjanebandeira.org/bpa/portfolio-bpa.html>). Não conseguimos obter informações se tais ações ainda são desenvolvidas na BPA.

Devido à escassez de subsídios literários, surgiu outra ideia em Campinas (SP), que vem colhendo bons frutos: é o Projeto Biblioteca Étnico, que foi desenvolvido, especialmente, para auxiliar as escolas no cumprimento da Lei 10.639/03. O projeto conta com seis bibliotecas itinerantes especializadas, cada qual equipada com cerca de duzentos títulos - livros, periódicos, distribuídos em temas infantil, infanto-juvenil, juvenil, teoria literária, história, educação, música, antropologia, sociologia, filosofia e saúde.

Propiciar ações para que a escola compreenda a diversidade étnico-cultural em seu interior, constituir um acervo diversificado para registro da memória, pesquisa e produção realizada nos espaços formativos, relatos de experiências e acervo literários específicos, viabilizando aos educadores/pesquisadores subsídios para o desenvolvimento de sua prática pedagógica, constituem os eixos norteadores, para criação da biblioteca étnica (EUGÊNIO, 2010, p. 01).

A partir disso, o projeto de bibliotecas procura oferecer subsídios aos educadores que sentem a necessidade de materiais para a didática/dinamização de suas aulas, assim como auxiliar as escolas que se preocupam com essa temática para a sua inserção em projetos político-pedagógicos.

Esses são poucos dos exemplos que podemos apresentar sobre as Ações Educativas que vêm sendo desenvolvidas em unidades de informação no Brasil, por meio das quais divulga a necessidade de os alunos interagirem com a cultura africana, tão inerente em nossa sociedade, assim como elucidá-los a práticas não discriminativas.

Uma busca foi realizada em relação ao desenvolvimento de atividades educacionais em arquivos. Encontramos uma, mas que aborda, de maneira simplista (de acordo com a exposição), as matrizes culturais afros.

O Arquivo Público da Bahia desenvolve ações voltadas para o resgate e a preservação da cultura popular brasileira. O projeto tem como título *Memória da Brincadeira* e promove, duas vezes por semana, oficinas que abordam temas variados, como o resgate da cultura das raças que participaram do processo de formação da sociedade brasileira (afrodescendente, indígena e portuguesa). O público-alvo são os alunos de escolas públicas soteropolitanas, aos quais se

proporcionam, especialmente, o manuseio de instrumentos musicais, trabalhos com ações populares, além da confecção de brinquedos (FERREIRA, 2008).

Não queremos afirmar que os arquivos brasileiros não desenvolvem trabalhos educativos que elucidam a cultura africana. Nessa imensidade que é o país, certamente alguns trabalhos devem ter sido desenvolvidos, todavia não foram disseminados e ainda continuam sem ser colocados para conhecimento da sociedade.

Precisamos de uma alteração urgente nesse quadro. Os arquivos, em especial, os de cunho histórico, têm ótimos materiais que subsidiariam excelentes prestações de serviços para a comunidade, em especial, a estudantil. E não apenas promovem boas atividades, mas também apresentam os frutos, para que os arquivos e seus serviços sejam reconhecidos e respeitados por toda a sociedade.

6 INFORMAÇÃO E ETNIA: A EXPERIÊNCIA DA DIFUSÃO CULTURAL E DAS AÇÕES EDUCATIVAS NO ARQUIVO HISTÓRICO DA PARAÍBA

Este capítulo trata da discussão sobre os resultados da pesquisa desenvolvida no Arquivo Histórico da Paraíba, em correlação com uma escola estadual do ensino fundamental da capital. Buscamos entender como se processam o trabalho de Difusão Cultural (DF) e as Ações Educativas (AC) desenvolvidos pelo arquivo para, posteriormente, implementar um experimento de DF e AC a partir da documentação sobre escravos na Paraíba, utilizando como lócus uma instituição escolar.

6.1 DIFUSÃO CULTURAL SOBRE DOCUMENTAÇÃO DE AFRODESCENDENTES

A difusão cultural é uma das principais atividades de um arquivo permanente que, via de regra, tem o intuito de difundir sua responsabilidade social por meio da propagação das informações que o acervo detém, o que pode oferecer para a construção do conhecimento e para a tomada de decisões.

É nessa perspectiva que muitos arquivos públicos, em sociedades e culturas desenvolvidas, utilizam-se desse serviço como uma de suas atividades gerenciais e uma das mais emblemáticas, o que implica a maximização das visitas por parte de usuários (cidadãos) e a percepção do arquivo como uma fonte social de informação pedagógica.

No caso do Arquivo Histórico da Paraíba, a DF assume especificidades que, de certo modo, não favorecem sua própria necessidade. Através da observação, pudemos constatar que a DF acontece através de esporádicas publicações no Jornal *A União* (publicação do governo estadual), em especial, quando há alguma exposição no espaço do arquivo (última realizada entre os meses de agosto, setembro e outubro, em comemoração ao dia do fotógrafo, em que foram expostas câmeras fotográficas de diferentes épocas e modelos).

Ainda como expressão de divulgação, o Arquivo Histórico da Paraíba também conta com uma página do *site* da Fundação Espaço Cultural (FUNESC), já que está localizado naquele local. O site dispõe de informações que mostram a criação do arquivo, a origem da documentação, a equipe gerencial e o horário de funcionamento da unidade informacional. O responsável por esse tipo de divulgação é o Setor de Imprensa da FUNESC, já que lhe cabe a função de difundir o conjunto de serviços que o Espaço Cultural oferece à sociedade.

Embora o arquivo não conte com seu próprio mecanismo de DF como uma das bases de sua política de gestão, as várias exposições que acontecem chama bastante a atenção do público, sejam pesquisadores, cidadãos e grupos escolares, que agendam data e horário da visita com o Setor de Literatura, que é o responsável pelos agendamentos. Contudo, os grupos escolares agendados não visitam apenas o arquivo, fazem um “*tour*” por todos os espaços culturais/educativos da instituição, como a Biblioteca, o Museu/Memorial, o Planetário, entre outros.

A partir dos dados coletados através da observação (roteiro em apêndice), no período de 16 a 30 de outubro do corrente ano, iniciamos o planejamento de atividades de difusão, especificando uma temática: “Cultura africana: registros de escravizados na Paraíba”. Conforme os fundamentos de Bellotto (2006), para um melhor aproveitamento das práticas educativas em arquivos, é necessário definir o público-alvo. Valendo-nos desse ensinamento, delimitamos como público alunos da turma do 5º ano de uma escola pública estadual da cidade de João Pessoa.

Nossa preocupação, inicialmente, voltou-se para o planejamento comunicacional, ou seja, a definição, a forma e a produção de um produto de mídia compatível com nosso intuito, no sentido de promover uma DF pertinente aos nossos objetivos para o público-alvo. Segundo as proposituras que envolvem o processo de comunicação de Bordenave (2002) – os elementos, as funções e o *feedback* das informações (de forma clara, precisa, de fácil compreensão e que não tivesse espaço para dúvidas), construímos a estratégia para a DF junto com os alunos.

Assim, ficou determinado que desenvolveríamos um folder autoexplicativo, contendo explicações acerca da definição de arquivo, a teoria das três idades (com foco no arquivo permanente), um pouco da historicidade do Arquivo Histórico da Paraíba, em especial, a documentação referente aos escravizados. O produto foi rudimentarmente elaborado, mas cumpriu sua missão de comunicar e de propagar, chamando a atenção com ilustrações e mensagens convidando os educandos e seus familiares para visitarem o arquivo (Apêndice C).

Posterior à confecção do folder, pensamos, estrategicamente, na forma como iríamos nos inserir na turma para fazer a explanação da atividade (DF) e, mais além, relacioná-la ao conteúdo curricular. Nesse sentido, conversamos com a professora e, de forma mutuamente planejada, associamos a DF a um dos conteúdos do ensino de História do Brasil. Com a proximidade da data 20 de novembro que, no calendário comemorativo brasileiro, é destinado à Consciência Negra, aproveitamos o ensejo para inserir as atividades nessa perspectiva.

Assim, ainda com base em alguns dos princípios da Publicidade e do Marketing, que se voltam, sobretudo, para atividades que resultem em um retorno para quem está comunicando (seja uma instituição ou pessoa física), para a explanação oral, planejamos promover a interação entre os alunos, marcando um importante momento para estimular a reflexão sobre o tema e, mais ainda, preparar a situação para a fase seguinte. As intervenções, as opiniões, os pensamentos e as curiosidades dos alunos sobre a temática dinamizaram a atividade de Difusão Cultural.

De acordo com o exposto, o planejamento didático-pedagógico da Difusão Cultural em sala de aula, tomando por base a documentação referente aos escravizados do Arquivo Histórico da Paraíba, teve a seguinte estruturação (vide Apêndice B):

- a) Contextualização da temática da escravidão no Brasil e na Paraíba, com a comemoração do Dia da Consciência Negra no Brasil;
- b) Discussão sobre a introdução dos africanos no país e a sua participação na construção da identidade do povo brasileiro;
- c) Motivação para que os alunos refletissem sobre o processo de escravidão no país;
- d) Explanação acerca das conquistas (direitos e deveres) dos escravos ao longo dos tempos como, por exemplo, a Lei do Ventre Livre etc.;
- e) Discussão sobre a necessidade de buscarmos outras fontes de informação (como os arquivos) para aprimorar o conhecimento, sem que nos limitemos aos livros didáticos oficiais, principalmente no que concerne à escravidão na Paraíba;
- f) Apresentação do folder e realização de leituras acompanhadas, explicando as informações dispostas no instrumento;
- g) Comunicação sobre o segundo momento das atividades, isto é, o que faríamos a seguir: uma visita ao Arquivo Histórico da Paraíba para conhecer a unidade informacional, principalmente os documentos sobre a escravidão na Paraíba. Na oportunidade, juntamente com a professora, esclarecemos que, depois da visita, os alunos fariam um texto sobre o tema *Consciência Negra e a importância do Arquivo Histórico da Paraíba*, e os melhores trabalhos seriam premiados.

Com essa estruturação de atividades, acreditamos que estamos contribuindo para o processo ensino-aprendizagem de História, tornando o conteúdo curricular “vivo” em seu sentido e pertinente para crianças. Tal relação dá espaço para as discussões a respeito da Educomunicação, uma nova disciplina que aspira trazer à tona essa tão importante relação entre a comunicação e a educação que, no arquivo, pode ser sistematizada pela DF e AC.

[...] o domínio da Educomunicação, mas do que um objeto de ser investigado é um campo de relação *de* e *entre* saberes. É um espaço de questionamentos, de busca de conhecimento e construção de saberes. É também um espaço de ações e experiências que levam a saberes ou partem deles em direção a outros. (SOARES, 2006, p. 04).

6.2 EXERCENDO O PAPEL SOCIAL-PEDAGÓGICO: SOCIALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE ESCRAVIZADOS E SOBRE A CULTURA AFRICANA

As atividades de Difusão Cultural, por si sós, não conseguem completar o objetivo de articular propostas de Educomunicação a partir do arquivo, sobretudo, quando se trata de um público-alvo formado por crianças e jovens. Somando-se à DF, a outra atividade que complementa o processo pedagógico intrínseco ao arquivo permanente é a Ação Educativa.

Segundo os preceitos da teoria arquivística brasileira, em especial, as expostas por Bellotto (2002; 2006), podemos afirmar que as Ações Educativas são atividades pedagógicas que visam articular relações proporcionais entre o conteúdo da informação de arquivo e a construção do conhecimento possível, fundamentando-se como importante contribuição que dimensiona o caráter pedagógico do arquivo, como instituição comprometida com a construção da cidadania, a história recontada, a responsabilidade social e como fonte social de informação pública.

No caso do Arquivo Histórico da Paraíba, o entendimento das Ações Educativas limita-se a simples *visita*. Com uma média de 15 quinze minutos e ocorridas apenas nas terças e quintas-feiras (dias estipulados pela FUNESC), as “ações educativas” são acontecimentos destinados, especialmente, a grupos de visitantes (geralmente grupos escolares). Quando são recebidos e orientados pelos funcionários do arquivo na sala de exposição, são apresentados alguns aspectos do arquivo, como: a forma de organização, os registros (em jornais, documentos, fotografias). Entre os documentos, os que mais chamam a atenção dos visitantes são os que se referem a políticos ilustres, como Dom Pedro II, Duque de Caxias, João Pessoa, entre outros.

Logo depois, os *visitantes* têm a oportunidade de conhecer os demais espaços do arquivo e levantar questionamentos. No momento das visitas, as atividades dos demais funcionários continuam sendo exercidas normalmente, assim como a dos pesquisadores, mesmo com o barulho. Infelizmente, o arquivo ainda não tem divisões apropriadas para a realização de tais atividades, e todos os ambientes são abertos por questões de ventilação, já que não há um sistema adequado, e principalmente, por estar situado no subsolo da FUNESC.

Esse momento é muito importante, tanto para os educandos e os professores visitantes, quanto para o Arquivo Histórico, uma vez que é uma oportunidade de também difundir seu acervo e atrair cidadãos e pesquisadores.

Embora as Ações Educativas do Arquivo Histórico da Paraíba também se destinem a apresentar o arquivo, não deveriam se limitar a isso. Percebemos que o acesso e o uso da informação devem ser bem mais projetados, principalmente porque há muitos documentos históricos como fonte primária de informação.

Em relação à DF desenvolvida na escola, iniciamos o delineamento das Ações Educativas. Nossa atenção era para que tais atividades refletissem o arquivo permanente como uma fonte pedagógica de informação, um espaço para a construção do conhecimento e para o exercício da cidadania. Para isso, atrelamos as contribuições da teoria arquivística de Bellotto (2002; 2006), e a educacional, como a de Delors (2003), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (1997).

Na perspectiva dos quatro Pilares da Educação propostos pela UNESCO, Delors (2003) discute sobre o que seja *aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser*. Com base nisso, pautamo-nos, especialmente, no tema da Consciência Negra como vertente da cultura afrodescendente, na perspectiva de trazer aos educandos a discussão sobre suas origens, raça e a luta contra o racismo. Isso significa que, através do tema, articulamos os quatro pilares apontados como forma de refletir através das atividades.

Partindo da relação necessária entre arquivista e professor, procuramos pontos para que todos pudessem participar ativamente das ações educativas, especificando o momento de cada profissional, para que não ocorressem confusões que pusessem barreiras para os objetivos do trabalho: o arquivista exporia o acervo, sua documentação, organização, enfim, considerações gerais acerca do Arquivo Histórico da Paraíba, e a professora, em conjunto com a pesquisadora, levantariam comentários sobre a cultura africana, a partir dos registros documentais e fotográficos que foram expostos.

Estabelecidas as considerações, voltamo-nos à recepção, ao acolhimento dos educandos e à exposição dos documentos:

- O local, no arquivo, onde foi realizada a ação: sala de exposição do arquivo;
- O número de alunos: como a turma é pequena (20 alunos), houve a participação de todos nos momentos da ação (sem divisões em grupos);

- Exposição dos documentos: como a documentação referente ao período escravocrata é do Século XIX, foi necessária uma série de cuidados para manuseá-la. Resolvemos, então, colocar os documentos em uma mesa de exposição que há no arquivo; e
- Seleção dos documentos utilizados: em uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no decorrer da graduação, fizemos um levantamento de dados e sua sistematização para posterior recuperação daqueles documentos através de um catálogo seletivo, com cujo auxílio foram selecionados seis documentos que relatam um pouco do que ocorreu na escravidão na Paraíba.

Ponderamos, também, sobre as atividades posteriores à ação educativa e que, ao mesmo tempo, fazem parte dela. Visando motivar ainda mais a reflexão dos alunos sobre as informações socializadas através da DF e da AE, solicitamos a continuidade das atividades quando retornamos à escola.

Para a AE, Bellotto (2002) sugere atividades, como trabalhos de pesquisa histórica, concursos, exposições, entre outros. Assim, optamos por uma espécie de concurso cultural, em que os alunos escreveriam um texto com a temática da Consciência Negra (com base no que aprenderam com a Difusão e as Ações) e a importância do Arquivo Histórico da Paraíba. Os dois melhores textos seriam premiados.

As atividades desenvolvidas no momento das Ações Educativas desenvolveram-se a partir da seguinte esquematização (conforme Apêndice B):

- a) Ainda em sala, relembramos o que foi exposto sobre os arquivos permanentes, o Arquivo Histórico da Paraíba e a sua documentação referente à cultura africana;
- b) Chegando à unidade de informação, foram expostos o Arquivo Histórico da Paraíba e o funcionário que faria a explanação geral (um pouco da história, de sua formação, organização, documentação e sua importância para a sociedade, em especial, aos paraibanos);
- c) Posteriormente, em conjunto com a professora, através dos registros de escravizados (seis documentos e duas fotografias), discutimos sobre a contribuição dos afrodescendentes para a formação social e cultural brasileira e paraibana;
- d) Estipulamos um determinado período de tempo para que os alunos pudessem questionar e comentar;

- e) Retornamos à sala de aula, entregamos uma lembrança (bombons com uma mensagem sobre o arquivo (“Visite mais vezes arquivos: seu conhecimento agradece!”).
- f) Por último, fizemos uma avaliação das atividades junto com os alunos e percebemos todos aprovaram a iniciativa.
- g) Relembramos sobre o texto que produziram em casa e que deveriam entregar na próxima aula, sendo premiados os melhores trabalhos.

Com tais preocupações e desenvolvimento das atividades, conforme o planejamento, acreditamos que contribuímos significativamente para que os educandos aprimorassem o conhecimento acerca da escravidão no Brasil e na Paraíba, fortalecendo o ensino de História através do que preceituam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) voltados ao ensino em nível Fundamental.

6.3 PROMOVEDO AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS NO ARQUIVO HISTÓRICO DA PARAÍBA

Realizamos a Difusão Cultural na quinta-feira, dia 11 de novembro de 2010, e as Ações Educativas de 12 (sexta-feira) a 23 de novembro (quinta-feira).

No primeiro dia de atividades, a professora apresentou a pesquisadora e, em linhas gerais, o trabalho que seria desenvolvido, chamando a atenção dos alunos para o fato de que a primeira nota do quarto bimestre da disciplina de História estaria atrelada ao trabalho de DF e AE que desenvolveríamos.

A partir daí, planejamos a aula utilizando o folder como recurso informativo e didático-pedagógico, contextualizando a escravidão no Brasil a partir do dia da Consciência Negra. Após a explanação acerca da cultura africana, foi exposta aos alunos a necessidade de buscarem outros materiais que pudessem acrescentar ao conteúdo dos livros didáticos utilizados. Em seguida, o arquivo foi apresentado aos alunos como fonte de informação.



FOTO 1: Atenção dos alunos com o que estava sendo exposto na Difusão Cultural.

FONTE: Dados da pesquisa (2010).

Para que os alunos compreendessem o significado de um arquivo, as fases dos documentos arquivísticos e, em especial, o Arquivo Histórico da Paraíba, principalmente a documentação referente aos escravos (Apêndice C), foi-lhes entregue um folder.



FOTO 2: Entrega e leitura do folder das atividades de Difusão Cultural.

FONTE: Dados da pesquisa (2010).

As informações dispostas no folder foram socializadas com os educandos e realizadas as devidas explanações, tanto do conteúdo que estava sendo exposto quanto das dúvidas que surgiam a partir da leitura. Posteriormente, foi dito aos alunos que eles fariam uma visita ao arquivo para que comprovassem os registros sobre os escravos na Paraíba, o que lhes causou uma sensação de desafio, aumentando ainda mais o interesse deles pela visita.



FOTO 3: Participação dos alunos com comentários e opiniões.

FONTE: Dados da pesquisa (2010).

Dos vinte alunos da turma, quatorze participaram, com entusiasmo, do primeiro momento das atividades. A Difusão Cultural durou cerca de meia hora.

Já no segundo dia de atividades (sexta-feira, 12 de novembro), primeiramente em sala de aula, foi realizada uma breve revisão de tudo o que foi apresentado nas atividades de Difusão Cultural e colocadas informações sobre o que seria visto no arquivo. Sendo assim, saímos da escola e fomos ao Arquivo Histórico da Paraíba (como a escola fica vizinha ao prédio da FUNESC, não foi necessário veículo de transporte). A foto abaixo registra o momento do trajeto.



FOTO 4: Trajeto ao Arquivo Histórico da Paraíba.

FONTE: Dados da pesquisa (2010).

Chegando ao arquivo, fomos apresentados ao Sr. Pedro, funcionário há mais de dez anos do Arquivo Histórico da Paraíba, que apresentaria o arquivo e seu acervo. O funcionário falou o que é um arquivo histórico, a forma de organização dos documentos, a rica massa documental existente no acervo, a importância da documentação para a sociedade, a possibilidade de pesquisa, entre outros aspectos, e ainda expôs documentos e fotografias que registram comentários sobre costumes antigos e atuais da cidade de João Pessoa. A professora também fez alguns comentários sobre os documentos do arquivo apresentados e o que tinha sido visto pelos alunos em aulas anteriores em relação à capital pessoense.



FOTO 5: Exposição das informações gerais sobre o Arquivo Histórico da Paraíba pelo funcionário.

FONTE: Dados da pesquisa (2010).

Após a apresentação do acervo, partimos para a documentação referente aos escravizados que existem no arquivo. Para isso, selecionamos seis documentos e duas fotografias. Os documentos selecionados e recuperados através de um catálogo seletivo referente à documentação de escravizados no Arquivo Histórico da Paraíba registram a má conduta de um escravo e o castigo dado por seu senhor; a classificação para identificar os escravos; a venda de escravos para bonificações trabalhistas e o registro de um garoto afrodescendente com apenas cinco anos trabalhando como escravo. A exposição dos documentos objetivou apresentar aos educandos dados da escravização na Paraíba e, através deles, resgatar a cultura africana. Já as fotografias registravam escravos caminhando por ruas da antiga Paraíba e elucidavam a vestimenta dos escravos em relação aos senhores. Os documentos foram expostos em uma mesa, e as fotografias, na mão (como não fazem parte da exposição do acervo, foram recuperadas para esse momento da pesquisa).



FOTO 6: Mesa de exposição dos documentos.

FONTE: Dados da pesquisa (2010).

Ainda foram lembradas, em linhas gerais e juntamente com a professora, algumas das atividades que os escravos africanos desenvolviam aqui, como eram registrados e o tratamento que recebiam dos senhores, como castigos, entre outros. Os alunos também foram informados sobre a “liberdade” que os escravos tinham e que isso contribuiu para que muitos aspectos da cultura africana fossem absorvidos pelos habitantes da Paraíba e do Brasil (o andar, a fala, as manifestações culturais, as danças, as lutas, as religiões, entre outros).

Em meio à exposição das informações, os alunos foram levantando questionamentos, dúvidas, comentários e demonstravam que estavam compreendendo o que se pretendia possibilitar como aprendizagem.

Em seguida, agradecemos ao profissional do arquivo por sua exposição e retornamos à escola. Lá, foi entregue uma pequena lembrança (com bombons e uma mensagem estimulando os alunos a voltarem a visitar arquivos) e lhes foi repassada a tarefa de produzir um texto sobre a *Consciência Negra e a importância do Arquivo Histórico da Paraíba*, que deveria ser desenvolvido em casa e ser entregue na próxima terça-feira (16 de novembro de 2010), valendo prêmios.

Assim, retornamos à escola na terça-feira, dia marcado para a entrega dos textos produzidos, mas apenas seis alunos, dos dezessete que participaram das Ações Educativas produziram o texto. A justificativa fortemente apresentada pelos alunos foi o esquecimento da atividade, uma vez que foi posto um período para a confecção do texto em um feriado prolongado no calendário nacional. Esse fato nos fez repensar na estratégia de motivar os alunos para a construção do texto – talvez se tivessem produzido em sala de aula, logo após a visita, teria sido mais proveitoso. Todavia, os seis textos produzidos foram coletados e receberam uma nota da professora da turma e de outra professora do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, gentilmente convidada para colaborar conosco. A média aritmética das duas notas compôs o quadro geral, e foram conhecidos os premiados.

Uma semana depois da entrega dos textos (23 de novembro), os alunos que obtiveram a maior média foram premiados. Emocionados, receberam os prêmios (jogos educativos) com grande contentamento (textos premiados nos Anexos A e B). Em seguida, em conjunto com a professora, transmitimos uma mensagem de estímulo àqueles que não produziram o texto para participar das atividades de sala de aula em momentos futuros.



FOTO 7: Premiação dos alunos que produziram os melhores textos.

FONTE: Dados da pesquisa (2010).

No que se refere aos textos que foram produzidos, percebemos que poucos abordaram as duas temáticas propostas para desenvolvimento (Consciência Negra e Arquivo Histórico da Paraíba). Porém, para a correção e atribuição da nota, foi analisado o domínio do conteúdo que fora explorado pelo educando, aproveitando o conhecimento adquirido acerca do que foi exposto com as ações de divulgação e socialização das informações de registros sobre escravizados.

Ao término do período de atividades, foi realizada a despedida dos alunos, que fizeram comentários positivos sobre a realização da Difusão Cultural e das Ações Educativas, expondo que aprenderam bastante e que, se possível, houvesse outros momentos como aqueles. Pudemos, então, perceber que o desenvolvimento dessas atividades, conforme os princípios da teoria arquivística, da comunicação e da educação, teve êxito na avaliação dos alunos, da professora e do funcionário do arquivo.

7 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em sua busca por visualização e reconhecimento social, o arquivo permanente, como fonte primária de informação, deve agregar às suas atividades gerenciais outras complementares que darão à sociedade a oportunidade de vislumbrar esse espaço como uma fonte pedagógica, através do acesso à informação e seu uso. É nesse contexto que os serviços de Difusão Cultural (DF) e Ações Educativas (AE) tornam-se emblemáticos para a gestão arquivística.

Nesse sentido, este trabalho se preocupou em compreender a prestação de tais serviços no Arquivo Histórico da Paraíba, partindo das perspectivas teóricas da Arquivologia, da Comunicação e da Educação. Com essa amalgamação teórica, buscamos entender a complexidade em torno da DC e da AC e suas perspectivas de tornar o arquivo um espaço social de mobilização e de mudança. No entanto, percebemos que a DF e a AC ainda não fazem parte do planejamento dos serviços no arquivo permanente, conforme a realidade do Arquivo Histórico da Paraíba. A divulgação do acervo é realizada, especialmente, pelo Setor de Imprensa da instituição do qual o arquivo faz parte e não há desdobramentos em torno das especificidades desses serviços diante da sociedade. Já no que concerne às atividades educativas, caracterizadas pelo arquivo apenas como “visitas”, apresenta-se, em linhas gerais, o acervo: a sua constituição, organização, documentação e formas de pesquisa.

Pequenas ações poderiam ser implementadas para trazer significativos resultados (retorno por parte dos usuários). Inicialmente, orientar os responsáveis pela propagação do arquivo (através do jornal *A União*), utilizar termos, linguagem, imagens que sejam convidativos aos leitores do jornal, causando um maior interesse para conhecerem o espaço e acervo do arquivo.

No que tange aos serviços das ações educativas, pautando-nos nas concepções de Bellotto (2002; 2006), seria mais interessante e bem mais proveitoso se, no momento da “visita”, o professor programasse com o funcionário do arquivo a realização da exposição de informações com base nos registros que existem no acervo, temas que estejam sendo abordados em sala de aula, fazendo com que o educando aprimore o conhecimento já adquirido e interaja na exposição dos dados/informações. Além de contribuições para a relação ensino-aprendizagem,

estaria também descaracterizando a disciplina de História como algo do “passado”, o que, certamente, acarretaria em reflexões sobre os conteúdos.

Outro aspecto que contribuiria para o caráter educativo da “visita” seria se tais apresentações, questionamentos ou discussões não fossem finalizados quando o grupo saísse do espaço do arquivo, mas que houvesse outras oportunidades para isso, em especial, na sala de aula. Com tal objetivo, o professor poderia estimular o aluno a desenvolver algum trabalho: texto, desenho, histórias, peças teatrais, entre outros, que representassem o que foi assimilado naquele momento, como a função social do Arquivo Histórico, por exemplo. Tal atividade, além de contribuir para aprimorar o conhecimento, colabora para que os educandos expressem as suas concepções a respeito dos elementos expostos e levantados da “visita” (conteúdo exposto, o arquivo, os funcionários, etc.) com pontos positivos e/ou negativos. Enfim, são pequenas atitudes que poderiam trazer um grande e positivo resultado.

Tentando mostrar que, com vontade, dedicação e sem a necessidade de muitos recursos, é possível realizar Difusão Cultural e Ações Educativas em um importante acervo histórico da cidade de João Pessoa, objetivamos experimentar tais atividades. A partir da análise desses processos, conseguimos estruturar um plano de atividades que aspirava trazer ao alunado de uma turma de 5º ano as contribuições dos afrodescendentes (escravos) para o processo de formação sociocultural dos brasileiros, por acreditar que as discussões acerca dessa temática, com o acesso às fontes primárias de informação, maximizam a relação ensino-aprendizagem da história local e social e validam a hipótese da pesquisa.

Barreiras foram encontradas: escassez de recursos básicos, burocratização para a estipulação das atividades, prazos, entre outros. Porém, a própria teoria arquivística nos alerta que a execução dessas atividades não se dá por um fácil caminho, e que tais barreiras devem ser enfrentadas e derrubadas cotidianamente em busca da prestação de serviços de referência aos usuários. Muitas outras atividades poderiam ter sido desenvolvidas em torno da Difusão Cultural e de Ações Educativas, se essas barreiras não fossem encontradas: se houvesse a possibilidade do acesso a comunicação em massa, através de rádios comunitárias e de panfletos, para a divulgação do arquivo para a comunidade, atingindo um amplo e diversificado público, voltando também para a Educação Popular, como propõe Bellotto (2006), certamente a discussão seria ainda mais proveitosa. Ou ainda, trabalhar com toda a escola (dos alunos aos funcionários), nas diferentes fases e

séries da educação, também traria significativas contribuições para esse tema na área de Arquivologia. Enfim, essas são ideias que podem ser trabalhadas por outros interessados na temática e que, certamente, estariam dando mais um passo para a consolidação do arquivo como fonte pedagógica de informação.

Além das dificuldades aqui ressaltadas, outro forte elemento impôs limites a esta pesquisa: o arcabouço teórico acerca da DC e AE em arquivos. Na perspectiva brasileira, encontramos apenas um autor que se destaca nessas discussões. Todavia, o avanço da Arquivologia e o crescimento do número de cursos superiores estão contribuindo para que outros trabalhos científicos abarquem esse tema, o que, certamente, trará grandes contribuições práticas e teóricas para profissionais e pesquisadores.

Nesse contexto, com este trabalho, esperamos ter contribuído para o aprimoramento das discussões teóricas e práticas sobre os serviços de Difusão Cultural e as Ações Educativas. Com o experimento dessas atividades na conjunção arquivo-escola, arquivista-professor, elucidamos uma nova vertente da Arquivologia. Assim, o arquivo, como fonte pedagógica de informação, contribui para a quebra do paradigma de que o arquivo permanente é um espaço destinado a guardar “velhos” papéis.

Além de contribuições teóricas e práticas, o presente trabalho também colaborou para a sensibilização pessoal, como profissional arquivista, para serviços arquivísticos essenciais, como é o caso da difusão e de ações educativas, que, na verdade, são os pilares do gerenciamento de um acervo, uma vez que organizamos as informações para acesso e uso dos usuários da sociedade.

Trabalhar com educandos que estão em fase de formação do espírito cidadão colaborou para que se entendam como sujeitos sociais que têm conhecimento de suas origens, de sua cultura, de sua sociedade. Contribui, também, para que exercitem seus direitos e deveres, principalmente no que se refere ao acesso e ao uso das informações públicas.

Sendo assim, podemos concluir que responsabilidade social é algo inerente ao arquivo, basta apenas que sua gestão sistematize informações e serviços para que haja a prática de serviços tão importantes, como é o caso da Difusão Cultural e das Ações Educativas.

REFERÊNCIAS

ALBERCH, Ramon; BOADAS, Joan. **La función cultural de los archivos**. 1ª Edición, Vasco: Argitaratzailea, 1991.

ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis de. et. al. Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, n. 1, p. 16-27, 2007.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009.

AUTOR DESCONHECIDO. **O que é comunicação**. Disponível em: <http://ana-intervalo.blogspot.com/2009/02/o-que-e-comunicacao.html>, acesso em: 29 de maio de 2010.

AUTOR DESCONHECIDO. **O saber disponível**. Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/gbagao/lv3l.htm>, acesso em 05 de junho de 2010.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. **Modalidades de pesquisa: um estudo introdutório**. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met02a.htm>, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **Como desenvolver políticas de ação cultural e educativa em arquivos**. Projeto Como Fazer. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

_____. **Como fazer análise diplomática e tipológica de documento de arquivo**. Como Fazer Nº 08. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.

BERLO, David K. **O processo da comunicação: introdução a teoria e a prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BORDENAVE. Juan Díaz. **O que é comunicação**. Coleção Primeiros Passos Nº 67. 27ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Coleção Primeiros Passos Nº 20. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei N°. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe as diretrizes e bases da educação nacional.**

_____. Lei N° 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.**

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRITO, Djalma Mandu de. A informação arquivística na Arquivologia pós-custodial. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-50, jan./jun. 2005.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. Trad. Ana Maria Rezende Cabral et. al., **V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, 2003.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. Trad. Ana Maria Pereira Cardoso et. al. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 2ª Ed., São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, C. C., WALKER, E. **Apostila de Metodologia Científica.** Juína, MT: Faculdades do Vale do Jurema, 2010.

CRUZ, Osmir. **O que é educação?** Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/18566/1/O-que-e-Educacao/pagina1.html>, acesso em 26 de maio de 2010.

CUNHA, Antônio. **Políticas públicas educacionais emancipatórias em face a diversidade e desigualdade social em Curitiba – PR.** Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/politicas-publicas-educacionais-emancipatorias-em-face-a-diversidade-e-desigualdade-social-em-curitiba-pr-1970-2009-1115275.html>, acesso em: 14 de setembro de 2010.

DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. IN: _____ **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez, 2003.

DURANTI, Luciana. **Diplomática: usos nuevos para uma antigua ciencia.** Trad. Manuel Vázquez. 1ª Ed., Carmona, Sevilla: S&C Ediciones, 1996.

EUGENIO, Katia Maria. **Biblioteca Étnica – MIPID: contribuições literárias para o estudo das relações raciais.** Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais15/alfabetica/EugenioKatiaMaria.htm>, acesso de 02 de outubro de 2010.

FERREIRA, Nelson Fernandes. Política de Ação Cultural e Educativa em arquivos públicos: o caso Arquivo Público da Bahia. **Monografia.** Salvador, 2008.

FERNANDES. José Ricardo Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez 2005.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala.** 51ª Ed., São Paulo: Global, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª Ed., 7ª Reimp., São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Neusa Demartini. **Publicidade: comunicação persuasiva.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. Publicidade ou Propaganda? É isso aí!. Porto Alegre: **Revista FAMECOS**, Nº 16, 2001.

JARDIM, José Maria. **O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação.** Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/o_acesso_informacao_arquivistica_no_brasil.pdf, acesso em: 05 de junho de 2010.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação.** Trad. Maria Yêda F. S. de Filgueiras. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** 2ª Ed., São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** Coleção TRANS, Rio de Janeiro: 34, 1993.

LOPES, Luís Carlos. **A informação: a mônada do século XX.** Disponível em: http://homepage.ufp.pt/~lmbq/formacao/artigo_info.pdf; acesso em 30 de março de 2010.

_____. **A nova arquivística na modernização administrativa.** 2ª Ed., Brasília: Projecto Editorial, 2009.

MARIA, Josi. **Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos.** Disponível em: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/education/1820991-ensino-historia-conteudos-conceitos-basicos/>, acesso em 08 de junho de 2010.

MARQUES, Amélia. **Arquivos na Ciência da Informação.** Disponível em: <http://ameliamarques.web.simplesnet.pt/origem.htm>, 2007.

MEDEIROS, José Washington de Moraes. A “Ecologia Cognitiva” da sociedade ciberinformacional: contribuição para uma educação em rede. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 29-47, jan./jun. 2003.

MUNIZ, Eloá. Publicidade e Propaganda origens históricas. **Caderno Universitário N° 148**, Canoas: ULBRA, 2004.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. O ensino da História nos primeiros ciclos do Ensino Fundamental: breves considerações. **Revista de Pedagogia**, Brasília, v. 3, n. 6, 2002.

OLIVEIRA, Júlia. **Pedagogia da participação.** Disponível em: <http://jardimfascinante.blogspot.com/2010/04/pedagogia-da-participacao.html>, acesso em: 22 de agosto de 2010.

PEIXOTO, Pedro de Abreu. **A Acção Cultural no Arquivo Municipal de Vila Real.** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2009.

PEREIRA, André Luiz Gardesani. **O acesso aos documentos históricos mantidos em arquivo pelo Estado: análise sobre o prisma do direito constitucional à verdade histórica e do postulado normativo da proporcionalidade.** Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=14614>, acesso em: 22 de maio de 2010.

PERLES, João Batista. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história.** Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>, acesso em 29 de maio de 2007.

RABELLO, Rodrigo. História dos conceitos e Ciência da informação: apontamentos teóricos metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 26, 2º sem. 2008.

RABOY, M., SOLERVINCENS, M. **Meios de comunicação.** Disponível em: <http://vecam.org/article684.html>, acesso em: 29 de maio de 2010.

RIBEIRO, Fernanda. **O perfil profissional do arquivista na sociedade da informação.** Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF>, acesso em: 25 de setembro de 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3ª Ed., São Paulo: Atlas, 1999.

RICHERS, Raimar. **O que é Marketing.** Coleção Primeiros Passos Nº 27. 12ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas.** São Paulo: Atlas, 2007.

SANTANA, A. B., PAIM, C. R. S. **A Lei Nº 10.639/03 e as novas perspectivas para o ensino de história.** Disponível em: http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt7/ComunicacaoOral/ARTHUR%20BERNADY%20SANTANA%20%20_471_.pdf, acesso em: 20 de fevereiro de 2010.

SANTOS, G. C., RIBEIRO, C. M. **Acrônimos, siglas e termos técnicos: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática.** Campinas, SP: Átomo, 2003.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura.** Coleção Primeiros Passos Nº 110, 1ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOARES, Donizete. **Educomunicação – o que é isto?** Disponível em: <http://www.portalgens.com.br>, 2006.

SQUIRRA, S. Sociedade do Conhecimento. IN: _____ **Direitos à comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

TOGATLIAN, Marco Aurélio. **Pesquisa: conceitos e definições.** Disponível em: www.togatlian.pro.br, acesso em 06 de março de 2010.

VIEIRA, Sonia. **Elementos da Estatística.** 4ª Ed., 2ª Reimp., São Paulo: Atlas, 2006.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **C. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

<http://www.funes.com.br>, acesso de 16 de abril de 2010.

<http://www.ladjanebandeira.org/bpa/portfolio-bpa.html>, acesso em 05 de outubro de 2010.

http://www2.cultura.ma.gov.br/portal/mham/index.php?page=noticia_extend&id=13,
acesso de 05 de outubro de 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Plano de observação



Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Pró-reitoria de Ensino de Graduação
Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
Curso de Bacharelado em Arquivologia

Atividades de desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso

PLANO DE OBSERVAÇÃO

Difusão Cultural

O processo de divulgação do arquivo

Canais/meios comunicacionais utilizados para a divulgação da instituição

A intermediação do arquivo com a comunidade

Ações Educativas (caracterizada como visita)

O desenvolver das ações educativas no Arquivo

A orientação na visita

A exposição da informação (documentos/fotografias etc.)

O tempo da visita

A interação com os visitantes

O posicionamento do gestor do arquivo durante a visita

O posicionamento dos funcionários do arquivo na visita

O comportamento dos visitantes em relação à informação socializada

APÊNDICE B

Plano de atividades para experimento



Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Pró-reitoria de Ensino de Graduação
Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas
Curso de Bacharelado em Arquivologia

Atividades de desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso

PLANO DE ATIVIDADES PARA EXPERIMENTO

Difusão Cultural e Ações Educativas da documentação sobre escravizados e sobre a cultura africana no Arquivo Histórico da Paraíba

DIFUSÃO CULTURAL

- a) Contextualização a temática da escravidão no Brasil e na Paraíba com a comemoração do Dia da Consciência Negra no Brasil.
- b) Discussão sobre a introdução dos africanos no país e a sua participação na construção da identidade do povo brasileiro.
- c) Motivação para que os alunos reflitam sobre o processo da escravidão no país.
- d) Explicação acerca das conquistas (direitos e deveres) dos escravos ao longo dos tempos como, por exemplo, a Lei do Ventre Livre etc.
- e) Discussão da necessidade de buscarmos outras fontes de informação (como os arquivos) para o aprimoramento do conhecimento, não se limitando aos

livros didáticos oficiais, principalmente no que concerne à escravidão na Paraíba.

- f) Apresentação do folder e realização de leituras acompanhadas, explicando as informações dispostas no instrumento.
- g) Comunicação sobre o segundo momento das atividades, isto é, o que faremos a seguir: uma visita ao Arquivo Histórico da Paraíba para conhecer a unidade informacional, principalmente os documentos sobre a escravidão na Paraíba. Na oportunidade, juntamente com a professora esclarecer que, após a visita, os alunos que optassem fariam um texto sobre o tema: *Consciência Negra e a importância do Arquivo Histórico da Paraíba*, sendo os melhores trabalhos premiados.

AÇÕES EDUCATIVAS

- a) Ainda em sala, recordação do que foi exposto sobre os arquivos permanentes, o Arquivo Histórico da Paraíba e a sua documentação referente à cultura africana.
- b) Chegado à unidade de informação, apresentação do Arquivo Histórico da Paraíba e o funcionário que fará a explanação geral (um pouco da história, de sua formação, organização, documentação e sua importância para a sociedade, em especial aos paraibanos).
- c) Posteriormente, em conjunto com a professora, através dos registros de escravizados (6 documentos e 2 fotografias), realizar discussão acerca da contribuição dos afrodescendentes para a formação social e cultural brasileira e paraibana.
- d) Determinação de um período de tempo para que os alunos possam questionar e comentar.
- e) Retornar à sala de aula, entrega de uma pequena lembrança (bombons com uma mensagem sobre o arquivo (“Visite mais vezes arquivos: seu conhecimento agradece!”)).
- f) Avaliação as atividades junto aos alunos, e percepção da aprovação da iniciativa por parte de todos.
- g) Recordação sobre o texto que produzirão em casa e que deverão entregar na próxima aula, sendo premiados os melhores trabalhos.

APÊNDICE C**Folder para atividades de Difusão Cultural**



O arquivo é um lugar
onde você pode
conhecer coisas
incríveis...

Visitar o Arquivo Histórico da Paraíba
é uma ótima oportunidade de
conhecer um pouco sobre a nossa
história, e ainda muitos outros
conhecimentos.

Um

convite

especial...

Visite

Arquivo Histórico da Paraíba

Fundação do Espaço Cultural – Rua Abdias
Gomes de Almeida, 800 – Tambauzinho –
Subsolo, rampa 3 (rampa de acesso ao
Teatro Paulo Pontes).

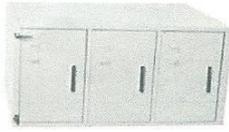
Você sabe o que é um arquivo?

O arquivo pode ser uma *instituição*;



Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

O arquivo pode ser um *móvel*;



Ou ainda um *conjunto de documentos*.



É mais comum que as pessoas chamem de arquivo um conjunto de documentos, seja em organizações (escolas, empresas, hospitais, etc), ou em casa: seu pai ou sua mãe certamente guarda, em algum lugar, contas de água, luz, telefone, exames médicos, etc., e isso também pode ser considerado como um arquivo.

Em termos formais, o arquivo possui três fases principais: a) **corrente**, quando seus documentos são utilizados pela organização que o produz diariamente, b) **intermediário**, quando o uso dos documentos já não é tão frequente, e c) **permanente**, quando o documento já cumpriu a sua finalidade inicial e está guardado para servir como prova, como testemunho, como história de um local; ficando assim em uma sala diferenciada.

Os arquivos corrente e intermediário são de uso exclusivo da organização que os produziu, já os permanentes podem ser utilizados por pesquisadores e cidadãos em geral, ou seja, você pode acessar os documentos de um arquivo permanente.



Sabia disso

Em João Pessoa, podemos encontrar arquivos permanentes que contêm muitas informações sobre a história da fundação e administração da cidade. Alguns dos arquivos são o da Arquiocese da Paraíba, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e o Arquivo Histórico da Paraíba, dentre outros.

Que tal conhecer um pouco mais de perto o Arquivo Histórico da Paraíba?

Localizado na Fundação do Espaço Cultural em João Pessoa, o Arquivo Histórico da Paraíba existe há 23 anos, e lá podemos encontrar documentos do período colonial, imperial e republicano da Paraíba e do Brasil; em especial daqueles tratam da escravidão. Com essa documentação podemos descobrir o que aconteceu com os escravos, sobre as formas de trabalho, ou seja, redescobrir o período escravocrata através dos documentos. O acervo do arquivo ainda conta com várias fotografias sobre a cidade de João Pessoa.



Foto 1: Estante de documentos – AHP
Fonte: Site da Funescc



Foto 2: Corredor do AHP
Fonte: Site da Funescc

Além disso, o arquivo oferece um ótimo espaço para a realização de pesquisas e espaço para exposição. Você pode convidar o papai, a mamãe, toda a família para também conhecer o arquivo.

ANEXOS

Anexo A

Texto premiado em 1º lugar nas Ações Educativas

O dia da consciência negra
 ou ao cara muito pretinho e
 celebrado ^{na} 20 de novembro no
 Brasil e é dedicado à reflexão
 sobre a ^{inserção} de negro na
 sociedade brasileira. A semana de
¹⁷ maio da qual está esse dia, recebe
 o nome de semana da consciência
 negra. A data foi escolhida por de-
 coincidir com o dia da morte de
 Zumbi dos palmares, em 1695, apesar
 das várias dificuldades surgidas quan-
 to ao caráter de Zumbi nos últimos
 anos, e ^{representa} - se, por exemplo, que
 ele mantinha escravos particulares.
 O dia da consciência negra precisa
 ser uma data para se lembrar a
 resistência de negro à escravidão
 de forma geral, desde o primeiro tra-
^{ço} de ¹⁷⁹⁴ ^{algumas} entidades
 como o movimento negro. ?

Anexo B

Texto premiado em 2º lugar nas Ações Educativas

Produção de Texto

→ Condição Negra e a importância
do Arquivo Histórico

Arquivo é um conjunto de documentos, pode ser um maíel ou uma instituição; arquivo tem em escolas, hospitais, empresas e outras, e até mesmo numa pasta com documentos de exames médicos.

O arquivo corrente e intermediário não usa exclusão da organização que os produziu, e permanentemente está guardado para servir como prova, um testemunho, como história de um local. Em João Pessoa tem um arquivo permanente que fala sobre a história da Paraíba.

Como era antigamente com luz de luz?
Porque ele tinha esse nome?

Porque naqueles tempos não avia eletricidade, por isso as pessoas pegavam o luz e amarravam no luz, por isso era chamada de luz de luz.

Havia um homem chamado de ragolune porque ele ia de parte em parte acender as lâmpadas e depois na hora da cidade ir dormir ele iria apagar elas, por isso ele se chamava ragolune.

chamava